

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

SÃO PAULO
DEZ 2017 / JAN 2018

#443

MODERNIZAÇÃO DO
PODER JUDICIÁRIO

NOVOS NEGÓCIOS
SUSTENTÁVEIS

ENTREVISTA

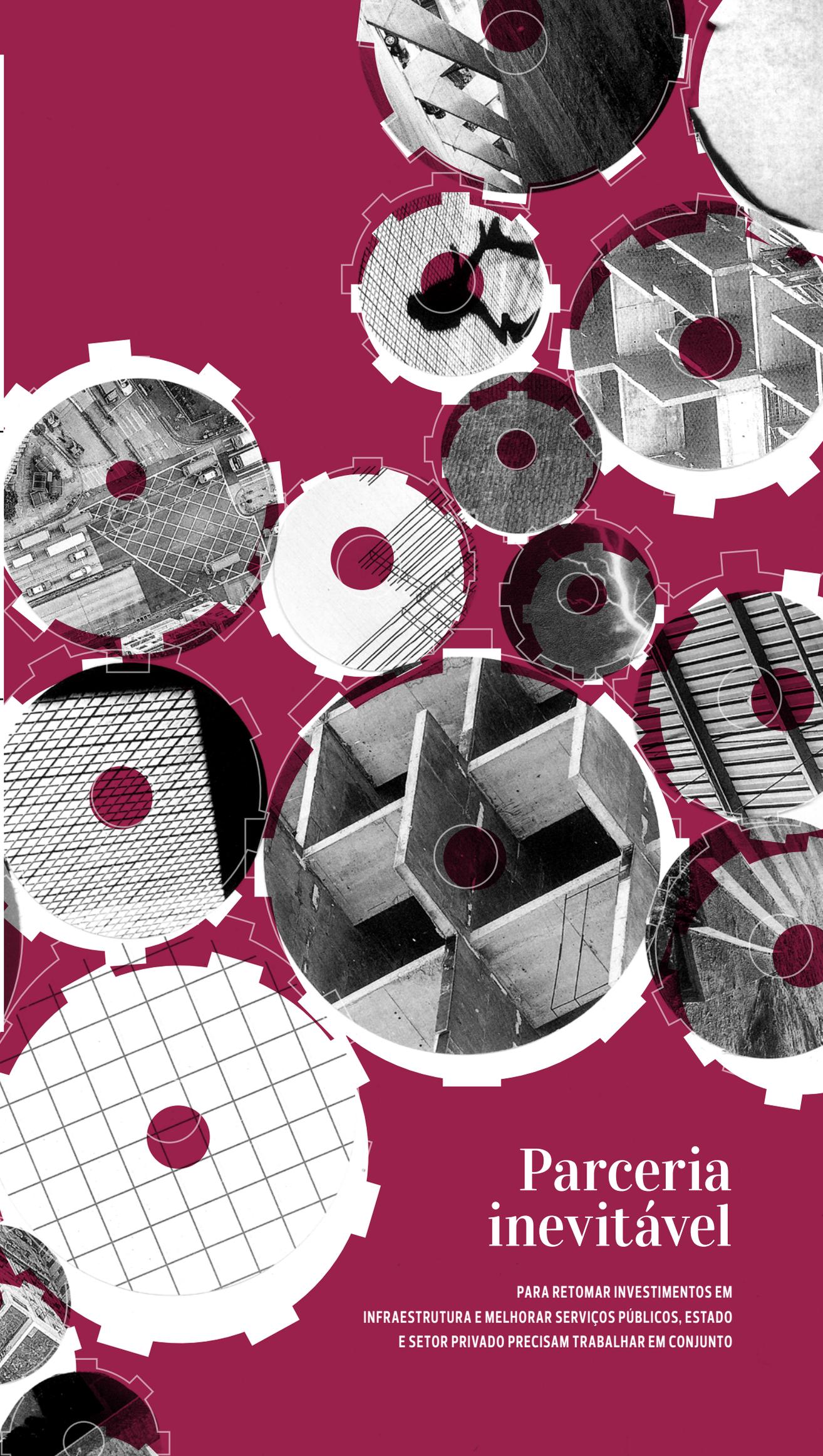
Sidney Klajner

Presidente do Hospital Albert
Einstein fala sobre gestão de saúde

BRASIL QUE FAZ

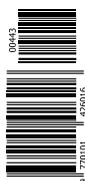
Cirurgias de catarata

Médicos voluntários levam assistência
ocular ao Baixo Amazonas



Parceria inevitável

PARA RETOMAR INVESTIMENTOS EM
INFRAESTRUTURA E MELHORAR SERVIÇOS PÚBLICOS, ESTADO
E SETOR PRIVADO PRECISAM TRABALHAR EM CONJUNTO



Existem coisas que são essenciais: plano de saúde de qualidade é uma delas.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje é item de primeira necessidade.

É como água, luz ou boia para bebê: não dá para ficar sem.

Por isso, a Qualicorp e a FECOMERCIO-SP oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, empregador do comércio.



Planos a partir de

R\$ **218**¹



Rede médica
de qualidade²



Livre escolha
com reembolso²



Assistência
viagem²



Carências
reduzidas²



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio



¹R\$ 217,35 - Exato Adesão Trad.16 F AHO QCCOP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da Sulamérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2017 - SF)
²A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido.
Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise Novembro/2017.

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE **Abram Szajman**

SUPERINTENDENTE **Antonio Carlos Borges**

Todos os direitos patrimoniais relativos ao conteúdo desta obra são de propriedade exclusiva da FecomercioSP, nos termos da Lei n.º 9.610/98 e demais disposições legais aplicáveis à espécie. A reprodução total ou parcial é proibida sem autorização.

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Iracy Paulina**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente, Folha Press e Acervo Guia Geográfico**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Lais Brevilheri, Paula Seco e Cintia Funchal**

ASSISTENTES DE ARTE **Tiago Araujo e Pedro Silvério**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Fábia Galvão, Fabiola Perez, Flávio Mantovani, Herbert Carvalho, Juliano Dip, Luiz Carlos Fernandes, Marcos de Paiva Vieira, Priscila Cruz, Rachel Cardoso, Rodolfo Araujo, Rodrigo Caetano e Silvia Kochen

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**

PUBLICIDADE **Lemidia** | Tel.: (11) 3078-5840
atendimento@lemidia.com

LEMIDIA

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

Edicase Gestão de Negócios

Senac | Sesc | F&CSP

AQUI TEM A FORÇA DO COMÉRCIO



PB | #443

A melhora da infraestrutura nacional é essencial para o Brasil atrair investimentos. Nesse contexto, o caminho a ser trilhado passa pela revisão do enlace entre o Estado e a iniciativa privada. Concretizar parcerias público-privadas significa trabalhar para reverter a imagem de País com ambiente de negócios afetado por baixa produtividade

LANÇAMENTO

UM BRASIL MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

Em busca de respostas para questões essenciais sobre o nosso judiciário, **UM BRASIL** entrevistou algumas das maiores mentes jurídicas do Brasil entre 2015 e 2017, sob a curadoria do jurista Ives Gandra Martins. E, agora, lança o livro *Modernização do Judiciário*, que reúne todas essas conversas e indica os possíveis caminhos para aprimoramento e alinhamento com as demandas do País atual e do futuro.

JUSTIÇA

UM TEMA DESAFIADOR
PARA GENTE QUE
PENSA O PAÍS.

Para assistir aos vídeos das entrevistas e fazer o download do livro, acesse

UMBRASIL.COM

U B

TUTU

8 Capa
QUAL O FUTURO DAS PPPS NO BRASIL?



14

Brasil que faz
REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS
RECEBE MUTIRÕES DE CIRURGIAS DE CATARATA



20

Entrevista
SIDNEY KLAJNER, PRESIDENTE DO
HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN

26

Legislação
MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

32

Ilustração
2018, POR LUIZ CARLOS FERNANDES

36

Estados brasileiros
OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DO AMAZONAS

42

Artigo
"CHINASSAURUS CYBERNETICUS" –
DO TELEX AO WECHAT, POR MARCOS DE PAIVA VIEIRA



44

Saúde
PRÁTICAS DE HUMANIZAÇÃO INTERFEREM
NO RESULTADO DE TRATAMENTOS

50

Sustentabilidade
AGRONEGÓCIO QUER UNIR RENTABILIDADE
E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

54

Música
O IMPACTO DA JOVEM GUARDA
NA JUVENTUDE DA DÉCADA DE 1970

58

Artigo
A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO,
POR PRISCILA CRUZ E RODOLFO ARAÚJO

59

Biblioteca
RUBENS RICUPERO

60

Cultura
A OBRA DE JACOB DO BANDOLIM

66

Grande Angular
RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

AGENDA DE PROGRESSO

A tarefa do Brasil para os próximos anos será recuperar o ritmo da economia. Para isso, é primordial disparar um processo de modernização da infraestrutura nacional. Os gargalos desse setor prejudicam a logística, encarecem a produção e atrasam o desenvolvimento.

Sejamos realistas: o País necessita de altos investimentos em mobilidade, saneamento básico, saúde e energia, mas não dispõe de recursos suficientes. Diante desse cenário, é oportuna a adoção de mecanismos que aprimorem a nossa capacidade de investir, como as parcerias público-privadas (PPPs), modelo retratado na reportagem de capa desta edição.

O caminho para atrair investidores, competir em condições de igualdade com o resto do mundo e melhorar a prestação de serviços ao cidadão passa por reduzir riscos regulatórios e gerar mais garantias de longo prazo. Reorganizar as empresas públicas também é necessário para vencer a desconfiança quanto à capacidade do Estado de honrar contratos. No mundo conectado em rede, público e privado devem se manter articulados. Portanto, que essa relação seja pautada por clareza e confiança mútua.

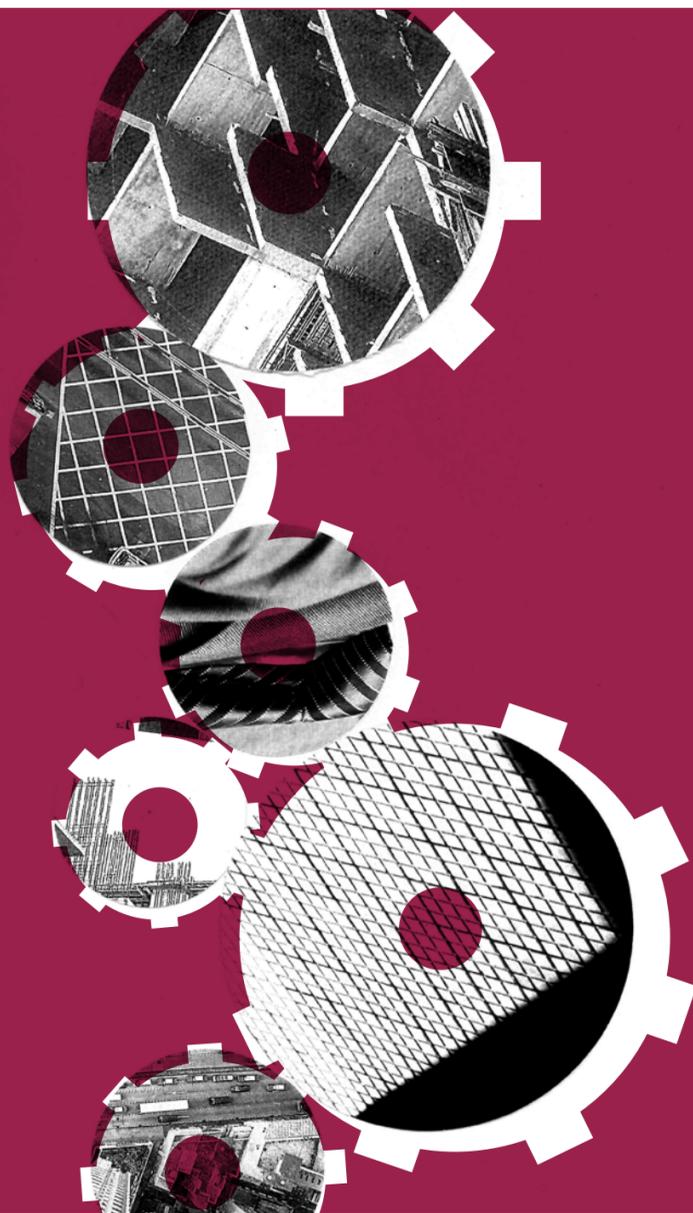
Provas de que a iniciativa privada pode suprir as carências de atuação estatal são os resultados dos mutirões oftalmológicos dos Projetos Amazônicos. Apoiada pelo departamento de oftalmologia da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp), a ação já realizou aproximadamente 15 mil cirurgias de catarata em cidades ribeirinhas do Rio Amazonas. Matéria sobre o projeto mostra o impacto positivo a pacientes que precisariam aguardar em média dez anos na fila de espera por uma cirurgia.

Ainda na área da saúde, ouvimos as impressões de Sidney Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein. Ele fala sobre os desafios na gestão pública de saúde, opina sobre o desempenho do SUS e conta sobre a experiência de dirigir um dos melhores hospitais da América Latina.

Outras matérias enriquecem este número de Problemas Brasileiros. Falamos sobre as práticas de conciliação e mediação como formas de modernizar o Poder Judiciário e o potencial dos negócios de baixo impacto ambiental, além de textos sobre cultura, política externa, entre outros temas relevantes. O debate permanente de uma agenda de progresso é a nossa contribuição para o Brasil.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



ESTADO E EMPRESAS: O QUE FALTA PARA UMA BOA RELAÇÃO?

Ainda pouco exploradas no Brasil, as parcerias público-privadas (PPPs) podem ser importantes alternativas para o País voltar a investir com força em áreas estratégicas como infraestrutura, transporte, energia e saúde. Entretanto, insegurança jurídica contratual, alta carga tributária e politização de estatais não melhoram as perspectivas do setor.

texto FILIPE LOPES ilustração LAÍS BREVILHERI

E

Em agosto de 2017, o governo federal anunciou um novo pacote de seu Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Na relação dos ativos a serem desestatizados, estava um bloco de aeroportos, entre eles o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, que despertou interesse de investidores por ser o mais lucrativo da Infraero. Parecia um sinal de demonstração à iniciativa privada que o Brasil assimilou a necessidade de haver transparência na relação entre Estado e mercado. Só parecia. Às vésperas da votação na Câmara dos Deputados da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, o chefe do Executivo determinou a paralisação do cronograma do PPI, adiando a concessão de 14 aeroportos para novembro de 2018, data que pode ser novamente alterada. E mais: Congonhas foi excluído da lista de concessões. A justificativa oficial era que estudos feitos pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação mostravam que conceder Congonhas à gestão privada inviabilizaria a sustentabilidade financeira da rede da Infraero. Nos corredores de Brasília, o que se sabe é que a decisão de alterar os rumos do PPI teve ligação direta com pressões parlamentares – influentes nos cargos de primeiro e segundo escalão na área de transportes –, em troca de votos a favor do presidente.

“O episódio de vai e vem na decisão de Congonhas mostra que o Brasil ainda faz planejamento de acordo com conveniências políticas”, opina o vice-presidente jurídico do Instituto Smart City Business America e sócio da equipe de

infraestrutura do Cascione Advogados, Fabio Sertori, ao falar sobre a instabilidade jurídica que prejudica o aporte de capital privado em infraestrutura. Para o especialista em parceria público-privada (PPP), o País já passou a fase de maturação do conceito de menor participação estatal em áreas estratégicas para melhoria da competitividade da economia nacional. “Historicamente, estamos encerrando um primeiro ciclo iniciado na metade da década de 1990”, pontua, ao afirmar que as barreiras que travam o avanço dessa modalidade estão na postura dos gestores públicos, a exemplo do ocorrido em 2017. “A dificuldade não é de modelo, as leis estão prontas e são boas, não precisamos mudá-las, temos que aplicá-las”, destaca.

NÚMEROS ACANHADOS

Em vigor desde dezembro de 2004, a Lei n.º 11.079, que regulamentou a PPP, foi criada para estimular contratos entre uma empresa privada e um agente público (governos municipal, estadual ou federal). No entanto, após 14 anos, apenas 91 projetos se concretizaram, segundo a Radar PPP, empresa que monitora e presta consultoria ao setor. Alguns problemas tipicamente brasileiros travam a efetivação do modelo, como a instabilidade política, o alto risco de investimento *versus* o retorno financeiro e a baixa qualificação técnica dos órgãos governamentais responsáveis por projetos licitados.

Na prática, em uma PPP, a iniciativa privada financia o setor público e, por isso, é remunerada ao longo do contrato. “A estrutura econômico-jurídica de uma PPP é um contrato do qual o ente privado contratado faz um investimento na melhoria ou na implantação de uma infraestrutura e se remunera por esse investimento por meio da exploração daquela própria infraestrutura”, explica o advogado especialista na área Maurício Portugal. A legislação estabelece dois tipos de PPP: a de concessão patrocinada e a administrativa. No primeiro, a receita da iniciativa privada vem em parte do usuário, e em outra, do Poder Público. No segundo modo, o usuário não paga nada, e a receita do investidor vem direto do orçamento para manter o estabelecimento funcionando.

A diferença básica entre uma PPP e uma concessão é que a segunda tem condições financeiras do retorno do investimento. Na PPP, como o ativo não tem um fluxo de caixa suficiente para remunerar o capital investido, há contrapartida do Estado. É uma espécie de parceria entre três agentes: o público, o privado e a sociedade.

Para o Estado, a vantagem é que, sozinho, não conseguiria mobilizar sua própria estrutura para dar conta de grandes obras e administrar de forma lucrativa alguns projetos. Por exemplo: um consórcio que vence um certame público para concessão de uma ferrovia conta com construtoras, empresas de material rodante, fabricantes de trens e uma empresa que administrará todo o complexo. Se o governo fosse arcar com a obra e a administração da rede, teria que contratar individualmente cada uma das empresas, além de criar compa-

“NESTE MOMENTO EM QUE ESTAMOS CRIANDO UM AMBIENTE MENOS PROPÍCIO À CORRUPÇÃO, O GOVERNO DEVERIA APROVEITAR A OPORTUNIDADE E RENOVAR O PARQUE EMPRESARIAL PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA, INCLUINDO EMPRESAS DE DIFERENTES PORTES E ATÉ MESMO ESTRANGEIRAS.”

SERGIO LAZZARINI, professor titular de Organização e Estratégia do Insper

nias públicas específicas para gerir o empreendimento, o que seria oneroso e, infelizmente, passível de corrupção.

Em tempos de contenção de gastos públicos, o modelo de PPP pode ajudar a União a investir em setores fundamentais para o crescimento do País, como as expansões de portos, aeroportos e rodovias, com a entrada do capital privado em obras que só seriam viáveis se houvesse dinheiro público. Também pode auxiliar a poupar recursos administrativos, pois como a maioria dos contratos é de longa duração, o número de licitações é reduzido, agilizando o processo e a entrega da obra.

O modelo também se diferencia da privatização, que transfere de forma definitiva a administração e o lucro à iniciativa privada. No caso da PPP, após o período de concessão, o bem público é cem por cento garantido ao Estado. “Existe uma tendência no Brasil de o Estado querer fazer tudo, toda a execução, então há um preconceito contra a participação privada. Mas quando você tem uma PPP, na verdade, há um híbrido, uma junção das duas forças, a pública e a privada”, observa o professor titular de Organização e Estratégia do Insper, Sergio Lazzarini.

GANHA-GANHA

A regra para se criar uma PPP permite que o interesse pela concessão venha do governo ou da iniciativa privada, obedecendo os critérios de viabilidade técnica e atendendo aos pré-requisitos da lei, que obriga os contratos a terem valor final

superior a R\$ 20 milhões, duração de no mínimo cinco anos e até 35 anos de concessão, sendo que o pagamento da obra ou do serviço prestado pelo setor privado somente será compensado ao fim do contrato.

Penalidades para ambos os lados também são previstas se houver descumprimento do que foi firmado. Para o coordenador do PPP Brasil, grupo de empresários e acadêmicos que debate aspectos das parcerias público-privadas, Bruno Ramos Pereira, trata-se de uma forma rápida de se construir um bem público eficiente. “Com esse modelo, você usa recursos públicos para criar ativos. Em um exemplo de PPP de hospital, a iniciativa privada faz o projeto executivo, constrói a unidade, mantém, opera, equipa e, ao fim do contrato, após 15 ou 20 anos, diz para o Poder Público: ‘Tome aqui a chave do ativo que construí!’”

No Brasil, o modelo tem sido utilizado na expansão e concessão de portos e aeroportos. Foi o caso do Porto de Suape, em Pernambuco, e do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, e de obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Também são exemplos a reforma do Estádio do Mineirão, em Minas Gerais; a construção da Arena Carioca 1, do Parque Olímpico Rio 2016; e o projeto do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, que implantou transporte nos arredores da região. Na área de iluminação pública, o município de São Paulo foi o principal a aderir, com um contrato que gira em torno dos R\$ 7 bilhões, a serem pagos pela prefeitura ao longo de 20

SETORES CONTEMPLADOS

Ao todo, 103 contratos de PPP já foram assinados no Brasil. Desses 103, dez foram extintos antecipadamente e dois estão com a execução suspensa. Ou seja, há 91 PPPs em execução, predominantemente nos setores de saneamento e resíduos sólidos e com tendência crescente no setor de iluminação pública.

Resíduos sólidos	23
Saneamento	19
Saúde	11
Iluminação pública	11
Atendimento ao cidadão	7
Trem urbano	7
Estádios	6
Rodovia	4
Sistema prisional	3
Habitação	2
Mobilidade urbana	2
Multinegócios	2
Aeroporto	1
Cultura	1
Educação	1
Prédios públicos	1
Tecnologia	1
Urbanização	1

Fonte: Radar PPP

anos. Em troca, 618 mil pontos de iluminação serão substituídos por lâmpadas de LED e um centro de controle operacional será instalado para gerenciar a rede a distância e em tempo real. A PPP deve começar a ser implantada ao longo de 2018. Na capital paulista, a gestão de bens públicos, como o Parque do Ibirapuera e o Estádio do Pacaembu, entrou no radar da administração João Doria (PSDB), que criou a Secretaria da Desestatização e Parcerias, pasta focada no processo de concessões. Sertori, do escritório Cascione Advogados, pondera que a sociedade brasileira está passando por um processo de assimilação do que é ou não tarefa exclusiva do Estado. “Ainda guardamos traços patrimonialistas, mas já há um discurso de aceitação de se mudar a lógica econômica em algumas áreas de prestação de serviços”, destaca.

O procurador-geral de Justiça de São Paulo Márcio Fernandes Elias Rosa pondera que “é uma relação difícil, porque se de um lado é preciso salvaguardar o interesse da iniciativa privada que aloca o capital, por outro, é preciso salvaguardar o interesse público, uma vez que o custo não pode inviabilizar a oferta do serviço”.

QUESTÃO DE PRODUTIVIDADE

Para o diretor-presidente da CCR, concessionária de infraestrutura, transportes e serviços, Renato Alves Vale, o modelo é a chave para o Brasil mudar de patamar no âmbito internacional. “Quando você investe em infraestrutura, tem dois ganhos imediatos e fundamentais: o primeiro é um aumento claro de produtividade, essencial para melhorar a competitividade; e o segundo é a oportunidade de aprimorar as condições de exportação”, aponta.

Como o modelo de PPP divide as responsabilidades dos projetos e os possíveis riscos entre o Estado e o setor privado, os acordos devem ter alto nível de segurança jurídica para não desencorajar investimentos em empreitadas de longo prazo. Mas essa segurança não é (tampouco foi) especialidade brasileira. Pela influência de altas doses de política nas ações públicas, o ambiente de negócio nessa esfera é vulnerável às mu-

danças do humor político nacional. “É um setor que precisaria ser despolitizado com urgência. Aquela frase de que a infraestrutura é dever do Estado ainda fica nos corações e mentes de todos nós”, afirma o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires. “Quem tem de empreender é o privado, e quando não for possível, o Estado participa, mas isso deve ser a exceção, e não a regra”, critica Pires.

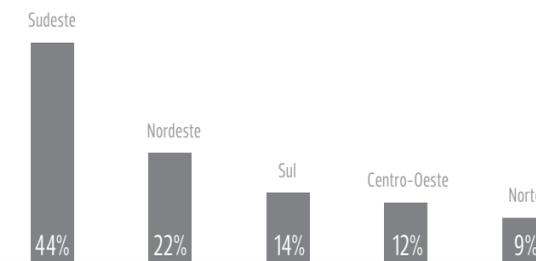
Como as garantias oferecidas pelo Poder Público são frágeis, muitos projetos parecem pouco vantajosos para as empresas, que acabam optando por investir em outros países onde haja contratos mais seguros. “Garantias que dependem de um orçamento anual do ente público são sempre mais fracas. Porque você vai conviver dentro da parceria, talvez, por 35 anos. Nesse período, do lado público, podem se alternar diversos governantes diferentes, que não necessariamente estão comprometidos com aquele projeto”, afirma o consultor e representante local da Flughafen Zürich AG, Alberto Zoffmann.

A falta de qualificação nas estatais também atrapalha. Como cargos de empresas públicas são muitas vezes negociados por interesses políticos, e não técnicos, os profissionais que ali estão nem sempre são capazes – ou não têm vontade política – para demandar bons projetos às suas equipes. “Com as PPPs, o Estado pode reduzir custos. E investir essas economias em áreas mais complicadas ou carentes da sociedade, que precisariam de uma ação mais intensa”, afirma Ramos Pereira, do PPP Brasil.

Outra barreira é a elevada carga tributária, que alcançou os 34,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), fazendo com que o Brasil se estabelecesse como 14º colocado no ranking de maiores tributadores do mundo. “O Brasil tem um modelo de tributação que penaliza bastante a produção. Isso eleva o custo e afugenta o setor privado. Infelizmente, o País padece de ciclos de estabilidade constantes, o

CONCENTRAÇÃO

Os projetos ganham destaque nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.



Fonte: Radar PPP

que cria um futuro incerto e dificulta a atração do investimento privado”, afirma o procurador-geral de Justiça de São Paulo Márcio Fernandes Elias Rosa. Em paralelo, o País não consegue realizar melhorias na mesma velocidade com que arrecada. “O que demoraria o dobro de tempo para o ente público fazer sozinho, a iniciativa privada faz e apresenta, pois tem *expertise* para oferecer isso, tem tecnologia, recursos e gente capacitada”, pondera a diretora sênior do departamento jurídico da GE Lighting América Latina, Cyntia Menezes.

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Mesmo com tantos entraves, o Brasil tem a tarefa de desengavetar projetos fundamentais. O déficit orçamentário, que alcançou os R\$ 159 bilhões no segundo semestre de 2017, demonstra que os impostos (já elevados) não são capazes de dar conta do tamanho do Estado brasileiro. Entre 2000 e 2015, houve um crescimento real, acima da inflação, dos gastos públicos com pessoal e encargos de 38%, e em termos monetários, um aumento anual de quase R\$ 70 bilhões, segundo a Secretaria do Tesouro.

“No contexto macroeconômico em que vivemos, com tantas restrições orçamentárias, talvez a melhor alternativa seja abrir para a iniciativa privada para que eles entrem com ideias, com engajamento, com propostas de solução e (por que não?) com a própria prestação de serviços”, afirma a responsável pela Unidade de PPPs do Estado de São Paulo Isadora Chansky Cohen. Para isso, mudanças também são necessárias na elaboração dos contratos. Em sua maioria, eles atendem apenas às grandes companhias. Isso inviabiliza a participação de empresas menores nos certames de licitações. “O mercado de PPPs no Brasil, para o bem ou para o mal, foi liderado por grandes empresas que se originaram da indústria da construção civil e hoje são grandes grupos. Contudo, como elas estão em um momento de retração, cuidando, talvez, da sua própria sobrevivência futura, a gente tem uma espécie de vácuo de curto prazo. Quem tem apetite

para apresentar uma proposta e ser o licitante vencedor de um contrato de cinco anos que envolve muito risco?”, questiona Pereira, do PPP Brasil.

Uma das possibilidades para a inclusão das empresas menores é fatiar um grande projeto em vários pequenos, sendo cada empresa responsável por uma parte da obra ou criando iniciativas mais enxutas. Em vez de financiar todo um ramal ferroviário, por exemplo, abrir pequenos projetos individuais para promover a construção de estações e malha viária reduzida. Segundo o economista Antonio Lanza, a escassez de recursos públicos não pode fazer o País estacionar sua economia à espera de condições. “O Brasil não tem mais recursos para fazer os investimentos necessários ao seu crescimento, particularmente na área de infraestrutura. Isso exige que você deva chamar o setor privado para fazer. É o que está sendo feito, mas em uma magnitude muito inferior às nossas necessidades”, avalia.

A despeito dos problemas, se a filosofia do governo em costurar contratos seguros e promissores for modificada, existe a esperança de dias melhores para a economia nacional. “Você tem um ambiente macro que prejudica, mas é bom lembrar que as PPPs ocorrem em várias esferas de governos. As administrações estaduais podem criar unidades de gestão de PPPs e começar a desenhar projetos”, diz Lazzarini, do Inspser.

Cabe ao País entender que tem todos os instrumentos necessários para superar os obstáculos da deficiência de gestão e incapacidade financeira e, assim, recuprar o papel de liderança na América Latina e de mais protagonismo no mundo globalizado.

&



NOVOS OLHOS PARA A AMAZÔNIA

APESAR DE SUPERAR O ÍNDICE DE OFTALMOLOGISTAS POR HABITANTE RECOMENDADO PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, DE UM PROFISSIONAL PARA 17 MIL PESSOAS, A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DE MÉDICOS AFETA O ATENDIMENTO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. EM REGIÕES REMOTAS DO PAÍS, ASSISTÊNCIA OCULAR SÓ ACONTECE GRAÇAS A INICIATIVAS COMO A DOS PROJETOS AMAZÔNICOS.

texto FILIPE LOPES fotos MARIZILDA CRUPPE

M

Milhares de brasileiros que têm a visão comprometida e carecem de assistência ocular buscam a solução em um simples par de óculos ou em uma cirurgia oftalmológica. Enxergar é requisito fundamental para uma pessoa exercer plenamente responsabilidades básicas como trabalhar, estudar e se relacionar com a sociedade. No entanto, a distribuição desigual de médicos em todo o território nacional, a ineficiência do Sistema Único de Saúde (SUS), a burocracia pública para acesso a equipamentos e tecnologia de ponta inviabilizam o atendimento a quem precisa.

Um Brasil contraditório. É o que mostra o Censo Oftalmológico 2014, realizado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) – levantamento mais atual do setor. Segundo recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), um país desenvolvido deve ter um oftalmologista para cada 17 mil habitantes. Temos um profissional para cada 11.604 habitantes, logo, superamos a média ideal traçada pela OMS, porém, dos 17.325 profissionais brasileiros, 12.325 (71%) deles atuam nas regiões Sul e Sudeste. No Norte, há apenas 557 profissionais, ou seja, um oftalmologista para cada 30.491 habitantes. Todos os Es-



1. Médico faz procedimento pré-cirúrgico em criança atendida pelos Projetos Amazônicos. 2. Idosa passa por assistência ocular. 3. Pacientes em frente à unidade de saúde na região do Baixo Amazonas, onde cerca de 15 mil cirurgias de catarata já foram realizadas pela ação voluntária

tados da região – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins – registram carência significativa de especialistas.

Segundo o oftalmologista, professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e fundador da Fundação Piedade Cohen (Fundapi) em Manaus, Jacob Moysés Cohen, atribuir todo o ônus da saúde pública ao Estado, como determina a Constituição de 1988, além de ser muito caro, torna o sistema ineficiente e precário. “Recentemente foi criado o Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) para regradar a entrada de pacientes no SUS. Quanta hipocrisia. Na realidade, o sistema tem capacidade para atender a apenas 28% da população brasileira. Como resultado, a média de espera para uma consulta é três meses, dependendo da complexidade, até um ano. Exames e cirurgias também chegam a demorar até dois anos”, critica. Para Cohen, parcerias entre o Estado, as universidades, as empresas e os profissionais da saúde seriam eficientes e preencheriam

essa lacuna, apesar das dificuldades de entrelace entre os atores envolvidos.

Todo indivíduo acima dos 40 anos precisa de óculos para melhorar a visão de curta distância, e acima de 50 anos necessita de operações visuais importantes para uma vida plena, explica o professor do departamento de oftalmologia da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp) e diretor-presidente do Instituto Paulista de Estudos e Pesquisas em Oftalmologia (Ipepo), Rubens Belfort Júnior. Ele lembra que a cegueira ou os problemas de visão já foram confundidos com distúrbios mentais num passado recente. “Isso foi parte do motivo do fracasso do Mobral [programa de alfabetização executado durante o regime militar] ainda nas décadas de 1960 e 1970. Atribuía-se a baixa absorção do ensino à capacidade intelectual dos alunos, mas, na verdade, era por mera falta de óculos”, conta.

VISÃO CONJUNTA

Enquanto o atendimento demora a chegar, iniciativas têm ocorrido para levar a visão de volta a quem precisa. Desde o início da década de 1990, uma parceria entre Ipepo, Fundação Champalimaud, Unifesp e Fundapi deu origem aos Projetos Amazônicos. Eles promovem expedições com mutirões de cirurgias de catarata e outros procedimentos oculares à região do Baixo Amazonas (Urucará, Parintins, Barreirinha, Urucurituba, Nhamundá, Boa Vista de Ramos e Maués).

Duas vezes por ano, em média, uma equipe de médicos voluntários parte de São Paulo à região de Manaus (AM), onde, em parceria com os governos locais e as instituições filantrópicas, acessa as regiões mais remotas do Amazonas. Os equipamentos necessários são adquiridos com empresas parceiras e por meio de doações e seguem de barco pelo Rio Amazonas para os hospitais públicos das cidades atendidas. Desde o início do projeto, foram realizadas em torno de 15 mil cirurgias de catarata.



REALIDADE POR ESTADO

Relação de oftalmologista/
população para cada Estado

- **Carente**
Menos que um oftalmologista
para 18 mil habitantes
- **Adequado**
Um oftalmologista para um número
de habitantes entre 17 mil e 18 mil
- **Plenamente atendido**
Mais que um oftalmologista
para 17 mil habitantes

MÉDIA DE OFTALMOLOGISTAS × HABITANTES

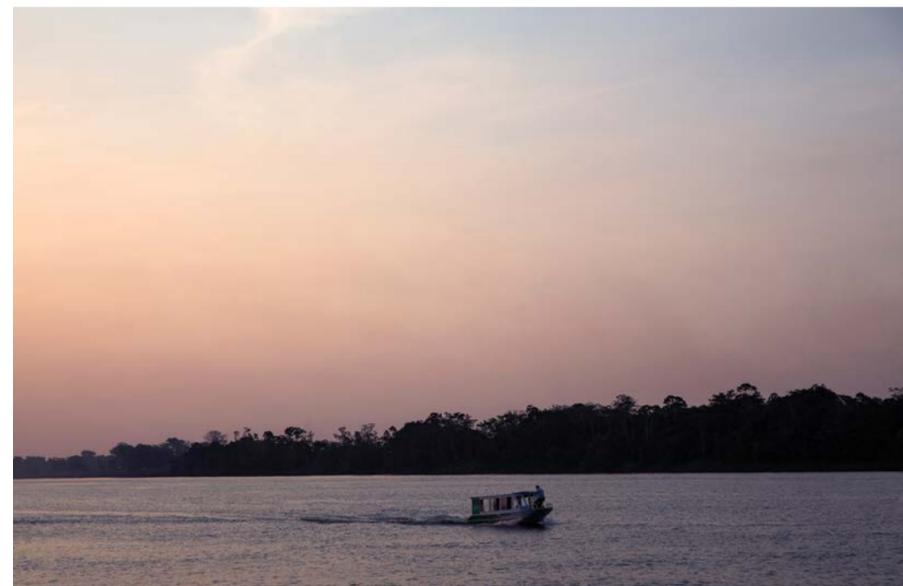
A Região Norte tem 30.491 habitantes para cada oftalmologista, muito acima da recomendação da OMS, de 17 mil. Em contrapartida, a Região Sudeste do País concentra a maior proporção de profissionais, com média de um oftalmologista para 8.601 habitantes.

Fonte: Censo Oftalmológico 2014 do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)

A região interiorana amazônica, onde moram cerca de 2 milhões de habitantes para uma média de quatro oftalmologistas fixos, é uma das mais carentes do País no atendimento oftalmológico. “Lá, o tempo de espera de um paciente com catarata até a realização da cirurgia gira em torno de dez anos”, afirma Cohen. Desde 2013, uma parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob a supervisão da pesquisadora Solange Salomão, aperfeiçoa a iniciativa. Um estudo epidemiológico feito por ela revelou que os índices de cegueira e deficiência visual em adultos maiores de 45 anos na Amazônia brasileira são três vezes maiores do que em áreas de baixa renda na cidade de São Paulo. “Entre os 10 mil pesquisados, cerca de 2,4 mil tinham 45 anos ou mais de idade, e 2.041 fizeram um exame oftalmológico. Desses, 4,5% eram cegos e 18% tinham deficiência visual”, aponta Solange. Além da falta de serviços oculares em razão da dificuldade de acesso à região (feita somente por barco ou avião) e a distância entre as cidades interioranas e Manaus, outro fator preponderante é a forte exposição à luz solar, por causa da localização equatorial do Estado. “Os raios ultravioleta aumentam a ocorrência de catarata e pterígio [*carne esponjosa no olho*]”, diz Solange.

PROFISSIONAIS EM AÇÃO

“Uma das causas de deficiência visual é, por incrível que pareça, a falta de óculos para perto, que são baratos, mas não estão disponíveis no Brasil ainda”, aponta Belfort. Os gestores dos mutirões na Amazônia dizem que é difícil precisar os custos com materiais, equipamentos, viagens e mão de obra médica. Embora o montante fosse astronômico se pago pelo Poder Público, muitas das práticas utilizadas pelas equipes médicas nas expedições poderiam ser reproduzidas para ampliar o atendimento à população. Até 2005, a técnica aplicada era a facectomia extracapsular, conhecida como “FEC”, com implante de lente intraocular. Mas diante da necessidade de tornar o procedimento mais rápido e sem cortes, as cirurgias da catarata passaram a ser feitas por facoemulsificação, com implante de lente intraocular no saco capsular, sem curativo ou pontos. Ainda que seja mais cara, ela diminui os custos pós-operatórios. O uso da telemedicina, que possibilita o acesso remoto a imagens, documentos e informações sobre os pacientes, vem facilitando o diagnóstico. “Os médicos trabalham pelos



1. Acesso às cidades ribeirinhas atendidas só é possível de barco ou avião. 2. Pacientes aguardam atendimento oferecido pelo projeto



seus celulares em horários vagos entre cirurgias e usam todo o tempo ocioso para ajudar outras pessoas de maneira voluntária”, conta Belfort, do Ipepo.

O modelo itinerante também é considerado ideal pela equipe de oftalmologistas. Segundo Belfort, por contar com tecnologia de ponta nos procedimentos, construir estruturas fixas poderia tornar o sistema rapidamente obsoleto. O projeto tem parcerias com as secretarias de Saúde das cidades locais para utilizar hospitais que abrigam os mutirões com a estrutura necessária para as cirurgias. “O esforço em querer diminuir essas diferenças brutais da capital para o interior foi fundamental para o início dessas jornadas. A marca “Amazônia” também foi um diferencial. Realizar projetos desse tipo – em uma região que se quer preservar – dá visibilidade, e os custos bancados pelas empresas envolvidas se diluem no ganho social”, opina Cohen, da Fundapi.

BARREIRAS A MÉDICOS E PACIENTES

A política de importação de equipamentos médicos é um gargalo para a modernização da área no Brasil, pois privilegia a indústria interna com financiamentos, isenções tributárias e demais facilidades. Outras tecnologias que poderiam contribuir para avanços ainda não estão no País em decorrência das barreiras de importação. O protecionismo comercial impede a chegada de máquinas de alta tecnologia de países emergentes, que os fornecem por preços menores. “O excesso de regulação é o principal entrave. Existem equipamentos na Índia que são eficientes, mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) dificulta a importação. São coisas ótimas e muito baratas, com preços até cem vezes menores, mas que não chegam pela dificuldade burocrática”, pondera Bel-

fort. Para ele, uma ampla reforma em agências reguladoras e órgãos do governo viabilizaria melhorias no sistema de saúde brasileiro. “A saúde é uma das áreas que menos inova no País. Os próprios empresários desistem e preferem se dedicar à saúde de animais e produtos pet, por exemplo”, completa.

A saída para melhorar a distribuição dos oftalmologistas no território nacional, na opinião de Cohen, pode ser realizada pelo SUS por meio da criação de programas de residências médicas em regiões com déficit de profissionais, como Norte e Nordeste, além de disponibilizar mais cotas para cirurgias oftalmológicas. “É necessário também desburocratizar as leis que emperram a aquisição de óculos, até mesmo os mais simples, como os monofocais e para enxergar de perto, diminuindo os custos”, pondera. Atualmente, para que um produto seja importado, a Anvisa tem de enviar dois agentes para fiscalizar a empresa em sua sede e atestar que o item atenda a todas as normas da agência. Tal análise pode demorar anos, e muitos equipamentos comprados por hospitais e clínicas se tornam obsoletos após o tempo de espera. Para comentar a questão, o Ministério da Saúde foi contatado diversas vezes pela reportagem de **Problemas Brasileiros**, porém, não retornou os questionamentos até o fechamento da matéria.

&



MEDICINA COMPARTILHADA

A troca de informação e o diálogo entre médicos de diversas especialidades e o paciente para tomada de decisões sobre a saúde estão no centro de importantes discussões relacionadas às práticas de gestão dos sistemas público e privado. Cabe ao profissional estar preparado para orientar da melhor maneira cada situação. E isso depende cada vez mais de sua formação.

entrevista RACHEL CARDOSO | fotos CHRISTIAN PARENTE

A situação paternalista que existia no passado, aquela em que o médico fala e o paciente abaixa a cabeça, vem deixando de ser realidade. Com tanta informação disponível, é natural – e mais do que saudável – que haja troca nessa relação, não só para educar, mas para envolver o indivíduo no seu tratamento. Afinal, desse envolvimento depende boa parte da eficiência do sistema. E é dever do médico promover essa conscientização por meio de toda tecnologia disponível na atualidade, acredita o cirurgião do aparelho digestivo Sidney Klajner, presidente do Hospital Israelita Albert Einstein. Nesta entrevista à **Problemas Brasileiros**, ele conta dos desafios à frente da cadeira que assumiu de Claudio Lottenberg há menos de um ano;

do ideal pelo zelo à vida no seu sentido mais amplo; e do que considera a peça mais importante para vencer os obstáculos de uma área tão delicada: a formação de uma nova geração de médicos líderes, com traquejo para o complexo sistema de saúde. Nesse caminho, teve início em 2015 a primeira turma do curso de Medicina da Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein. Lá, a seleção do aluno contempla, por meio de situações práticas, perfis de liderança, aspectos éticos e capacidade de trabalhar em equipe. “É um modelo inovador que não existia no País. Conseguimos enxergar que para ser líder, o aluno tem que ter um jeito diferente, algo a mais além da técnica”, diz. “É preciso estar aberto para se relacionar com as pessoas e todas as suas singularidades.”

Cuidar da saúde como um todo envolve três políticas: o melhor tratamento, o melhor cuidado e o menor custo. Como conciliar esses pilares?

Entendemos que essa tripla meta tem a experiência do cuidado junto com a qualidade e, no pico do triângulo, a promoção da saúde. Mas se evitarmos os eventos de doenças, conferimos melhor saúde e melhor sustentabilidade da saúde. Então, essa ponta seria a redução do custo per capita. Eu não gosto muito desse termo, pois quando se fala de redução do custo per capita, fala-se em gastar menos. E o intuito não é a redução de custo, mas evitar o desperdício. Toda vez que se faz alguma coisa desnecessária é desperdício; toda vez que se indica um procedimento desnecessário é desperdício; toda vez que não se está presente no momento adequado para dar alta, desperdiça-se um leito.

Mas como conciliar esses dois papéis, de gestor e de médico? O senhor continua a atuar nas duas frentes?

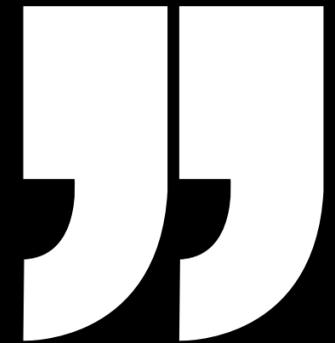
Sim. E digo que é possível conciliar com dedicação. Chego aqui por volta de 5h30 e saio às 21h. A gastroenterologia, minha especialidade, demanda tempo porque está cercada de causas emocionais, psicossomáticas, e uma boa conversa, uma anamnese, é fundamental no atendimento, que costumo prestar sempre no finzinho da tarde. Nos casos de cirurgia, começo às 6h quando o centro cirúrgico é muito vazio. Consigo sair de lá entre 7h30 e 8h, quando a maioria dos profissionais chega. Isso me dá uma produtividade muito boa, pois ganho a manhã inteira, até o início da tarde, para atuar na presidência, na gestão do hospital. Ajuda-me muito concentrar as atividades num único local. Se houver uma urgência, é claro que a prioridade é o paciente. Ainda sobra tempo para a família e para a atividade física. Aliás, é uma das coisas que não abro mão. Jogo tênis e corro duas vezes por semana. Acho que para a nossa profissão o preparo físico é fundamental.

E quais são os principais desafios na gestão de um dos melhores hospitais da América Latina?

Embora tenha assumido em dezembro, faço parte da diretoria há dez anos. E creio que esse caminho tenha começado em 2010, quando Cláudio [Lottenberg, *ex-presidente do Hospital Albert Einstein e atual presidente da UnitedHealth Group Brasil*] me convidou para dirigir o Comitê de Qualidade de Assistência e Prática Médica, que é um dos mais nevrálgicos da instituição. Como vice-presidente dele nessa área, tive a oportunidade de desenvolver projetos importantes, como o Grupo Médico Assistencial ou GMA, que é uma prática de gestão que alinha múltiplos interesses. Então, o que posso dizer é que os desafios apenas continuam, são muitos, sem dúvida. E cada vez que um desafio é imposto, uma característica minha é vencê-lo. É como uma provação. Diria que, neste momento, assumir o lugar de Cláudio, depois de 15 anos à frente da instituição, a maior prova é enfrentar os desafios que a saúde apresenta em termos globais. Não se trata de Brasil. Não se trata de São Paulo. Estamos falando de situações que afligem a vida das pessoas no mundo. Isso nos faz cada vez mais pensar novos modelos de atendimento, práticas remuneratórias e avaliar cases em outros países e de outras instituições.

No que consistem os GMAs e por que eles se tornaram referência de mercado?

É um modelo inovador de relacionamento com o corpo clínico. Resumidamente, os GMAs têm três objetivos. O primeiro é trazer a liderança médica de volta para o médico, e não para o gestor de saúde, que vê uma tecnologia nova, investe nela e na hora de o médico usá-la não terá utilidade porque não vai trazer valor para a prática assistencial. O segundo é agregar os profissionais da saúde não mais em torno de uma especialidade, mas em torno de alguma doença em comum



Não vinga mais a visão de um único médico com o seu estetoscópio. A tendência é termos muito conhecimento acerca de algo pequeno. E grupos que trabalham em conjunto são o melhor dos cenários.



Cada município que tem um novo prefeito promete entregar alguma coisa de saúde para aquela população, só que os projetos não se sustentam. Existe um *overlap* de recursos em municípios muito próximos.

ou alguma situação de saúde. Exemplo: hoje se fala muito em síndrome metabólica, que é a condição que a obesidade leva a hipertensão ou diabetes. Faz parte do acompanhamento desse paciente obeso o cardiologista, o nefrologista, o endocrinologista, a nutricionista, a fisioterapeuta, o cirurgião bariátrico, entre outros. Assim, criamos o Grupo Médico Assistencial de Síndrome Metabólica, no qual todos esses especialistas se unem e elaboram aquilo que é melhor com uma visão multidisciplinar. E, por último, e não menos importante, dentro de um GMA o profissional terá a possibilidade de se desenvolver, de planejar carreira. Hoje temos 31 GMAs que funcionam aqui. Deles, resultaram-se ao menos 200 macroações em torno daquela tripla meta que falamos nesses dois anos de funcionamento.

E como é que o senhor avalia o modelo de remuneração médica?

Vivemos um modelo de remuneração que premia a doença, que contempla o tratamento de um evento. É a remuneração por serviço. Obviamente se sou um profissional que ganha dessa forma, quanto mais gente doente, melhor, certo? Então partimos daí. Se a sustentabilidade da saúde está por conta de financiamento por aumento de custos, então quem sabe o próprio vilão dessa dificuldade de sustentabilidade seja o modelo remuneratório. Se nós falamos que temos que diminuir a utilização do sistema pelos pacientes, porque utilizam demais em decorrência de excesso de doenças e doenças “preveníveis”, talvez o mais bem remunerado devesse ser o médico que prevenisse a doença e promovesse a saúde.

Isso se chama “valor ao atendimento médico”. Então, quando remuneramos por evento/doença e, por outro lado, queremos criar políticas que promovam a saúde, existe uma incongruência. O tratamento de uma doença precisa ser encarado como um estágio no qual a medicina foi incompetente em prevenir. Então o modelo de remuneração por evento promove um gasto maior. Obviamente há um conflito de interesses na indicação dos procedimentos.

Existe um modelo melhor?

Acho que, no fim das contas, em minha opinião, não vai existir um único modelo para a saúde como um todo. Vai ter questões de alta complexidade, em que profissionais muito bem treinados vão exercer um procedimento específico e precisam ser remunerados por serviço. Mas quando se fala de promoção da saúde, acredito na remuneração baseada em valor. Só assim é possível gerir os recursos de uma maneira a trazer melhor saúde e menor incidência de doenças. Vide o modelo americano que o presidente Obama implantou, apelidado de *Obamacare*, que passou a dar para os hospitais a responsabilidade do pagamento da complicação evitável. Aquilo que era lucro passou a ser despesa. É só um exemplo para se ter uma ideia de como o modelo de remuneração interfere no desfecho final.

O Brasil está bem posicionado em relação à formação de médicos?

Acho que estamos. O nosso médico é bem formado. Mas aí faço uma crítica ao modelo de formação médica no mundo todo, pois até hoje 90% das instituições seguem ainda o relatório de cem anos atrás, chamado “Relatório Flexner”. Abraham Flexner [1866-1959] foi um médico que circulou nas universidades americanas para estabelecer diretrizes, que determinaram que o ensino médico fosse “hospitalocêntrico” e ciência básica. E seguimos o mesmo modelo na maioria das faculdades. Hoje há uma tendência a modernizar o ensino pedagógico. Tivemos o privilégio, dois anos atrás, de fundar a faculdade de Medicina em que o modelo pedagógico contempla essa mudança. Então, o Brasil tem uma boa formação? Sim, mas falta prática

em muitas faculdades, porque falta hospital, falta treinamento. E precisamos formar médicos capazes de ser líderes, para gerar mudanças. E isso no modelo curricular tradicional não existe. Formamos bons técnicos. Eu sou um egresso de uma formação da Universidade de São Paulo como um bom técnico em cirurgia do aparelho digestivo. Os conceitos que vemos de sistema de saúde aprendi no dia a dia aqui na gestão de um hospital que tem uma atividade, um protagonismo, em questões de saúde da sociedade brasileira, mas não na faculdade.

É por isso que o Sistema Único de Saúde (SUS) é tão malvisto? Como o senhor vê a gestão da saúde pública brasileira?

Em parte. Acho que o que falta ao SUS é uma capacidade de gestão que, para o sistema público, é muito difícil. Não acho que se resume à falta de recurso. O recurso dado ao SUS é 10% do Produto Interno Bruto. Isso hoje dá R\$ 150 bilhões. Com o teto da PEC [Proposta de Emenda Constitucional], um pouco menos. Mas existe uma série de atividades que geram desperdício desse valor, por má gestão, por um excesso de hospitais terciários, por ambição política – e seus projetos que são infundados –, por falta de unidades de saúde de atenção básica, falta de integração de dados nas bases governamentais, enfim... Há esforços louváveis da atual gestão que vêm procurando evitar o desperdício. Tenho visitado hospitais públicos, conferido algumas iniciativas. Mas a dificuldade maior está na falta de integração de dados que permitam fazer um bom diagnóstico, a falta do cumprimento daquilo que imaginamos que é tripartite: município, Estado e União. O município é responsável por uma atenção básica e promoção da saúde; o Estado, por sua vez, a medicina secundária; e a União, a medicina terciária. Isso não está funcionando.

Como enfrentar o futuro, levando-se em conta a judicialização da saúde pública? É excessiva? Quais seriam as alternativas?

O volume com a judicialização gira em torno de R\$ 7 bilhões, segundo o Ministério da Saúde. O que acontece? A Constituição fala

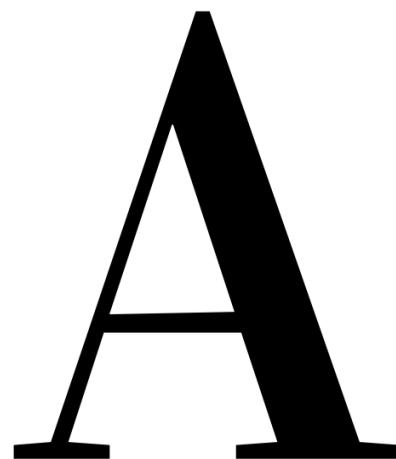
que o sistema tem de ter equidade universalizante e contemplar todos, mesmo na saúde suplementar, em que o rol de procedimentos que a ANSS [Agência Nacional de Saúde Suplementar] divulga prevê que as operadoras sejam obrigadas a cobrir aquilo que está nesse rol. Mas aí um paciente se vê numa situação em que o tratamento que está prescrito do seu associado não está no rol, ou ele demanda de uma UTI que não tem vaga. Então se aciona a Justiça para conferir a vaga. Um juiz que recebe esse pleito pensa que ele é o responsável pela vida do paciente e tudo é autorizado. O governo brasileiro, para citar um exemplo, mandou para Miami uma criança para fazer um transplante multivisceral que custou quase R\$ 10 milhões. Com isso, pelo orçamento da saúde, milhares de pacientes deixaram de ser corretamente tratados para pressão alta. É fato. O governo pode ser acionado para prover uma medicação de alto custo, mas cada caso precisa ser julgado da melhor maneira possível. O caminho que estamos seguindo é tentar munir a parte jurídica de informações suficientemente técnicas para que eles possam julgar da maneira mais adequada possível cada caso. Estamos oferecendo telemedicina para o Judiciário para que eles possam se consultar com um médico na hora de tomar uma decisão dessas. A judicialização é saudável quando não existe cumprimento de uma norma, mas ela pode ser muito hostil quando se usa da mecânica jurídica para se obter vantagem em relação àquilo que não está previsto que seja coberto.

&

JUSTIÇA CÉLERE COMO O POVO QUER

O que um aplicativo de mensagens, igrejas e plataformas digitais têm em comum com a Justiça? Essas ferramentas e espaços se tornaram canais de mediação e conciliação, práticas que estão permitindo que mais pessoas cheguem a acordos, evitem processos e custas judiciais, desafoguem tribunais, e representam um atalho para a resolução de conflitos.

texto FÁBIA GALVÃO



A lentidão do sistema Judiciário, ocasionada pelo excesso de processos, acarreta muitas vezes respostas consideradas lentas pela sociedade. De acordo com o relatório “Justiça em Números”, publicado em setembro de 2017, 79,7 milhões de processos tramitam no Poder Judiciário brasileiro. Contudo, em meio a esse cenário caótico de tantos litígios, a prática da conciliação está auxiliando a evitar o crescimento exponencial desse número. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), autor do levantamento, 12% dos processos judiciais encerrados em 2016 no Brasil foram solucionados por meio de acordos. Em outras palavras, isso significa dizer que para cada cem processos judiciais encerrados em 2016 com sentença, 12 foram resolvidos por meio de acordo entre as partes em disputa.

As primeiras ações de conciliação e mediação foram instituídas pela Justiça brasileira em 2008 e, desde então, elas vêm se firmando em todas as categorias judiciárias como ferramentas que evitam a judicialização de conflitos. Dados de 2016 do CNJ mostram que a prática da conciliação avançou na Justiça do Trabalho, na qual o número de conciliações corresponde a 26% do total de ações concluídas, que representam em torno de 1 milhão de processos evitados ou encerrados por ano. O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19) é o recordista nesse quesito. No Estado de Alagoas, as conciliações propostas alcançam 36% de êxito.

A conciliação é utilizada para resolver conflitos mais simples, em que um facilitador pode adotar um posicionamento mais ativo, porém, neutro, com relação ao conflito. É um processo consensual breve entre pessoas com pouco vínculo (ou empresas e clientes), que busca a harmonia e a restauração, dentro dos limites possíveis, da relação social das partes. Já a mediação envolve uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilitando o diálogo entre as partes para que elas construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o problema. É utilizada em conflitos multidimensionais ou complexos, em que existe relação prévia entre as partes, como a familiar, ou relações perenes. Costuma levar mais tempo e exige maior capacitação do mediador.

De acordo com o presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo, o jurista Ives Gandra Martins, os meios alternativos de conciliação, mediação e arbitragem, além de mais céleres do que os processos que tramitam no Judiciário, podem ser mais justos, pois o árbitro ou mediador escolhido é sempre um especialista em cada assunto e tem acesso integral ao processo, podendo decretar uma sentença mais assertiva. “Isso não ocorre no Judiciário, pois o juiz não é formado para ser especialista em determinados assuntos, porém, deve dar um veredito”, aponta.

Os tribunais têm autonomia para definir os critérios da formação de conciliadores e mediadores. Interessados precisam procurar o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de

Conflitos (Nupemec) ou um dos centros de conciliação dos tribunais. Para atuar como mediador judicial, além da formação concedida pela unidade judiciária, é preciso que o cidadão seja graduado há pelo menos dois anos em qualquer área de formação, de acordo com a Lei da Mediação (n.º 13.105/2015).

“Eu estava disposto a vender meu carro para custear um processo contra o meu vizinho”, relata Prudêncio Almeida, comerciante de Recife (PE). Após a construção de um muro que alterou a paisagem da sua casa, o pernambucano não obteve sucesso na tentativa de reverter a obra e passou a se vingar do morador ao lado, que havia se mudado há pouco tempo. “Ele podou uma árvore que acabou com um jardim que eu cultivava, inundava a garagem da minha casa limpando a calçada, saía de casa e deixava o som ligado nas alturas enquanto meu filho recém-nascido tentava dormir”, lembra o dentista Joaquim da Penha.

Depois de vários conflitos, chamadas para a polícia e registro de boletim de ocorrência, Prudêncio e Joaquim estavam dispostos a solucionar suas questões na Justiça. “Foi quando um amigo sugeriu a conciliação”, lembra Joaquim. Na presença de um conciliador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o dentista concordou em reverter a obra do muro, e o comerciante se comprometeu a manter a paz na vizinhança. “Já havia consultado um advogado que falou em honorários de R\$ 30 mil para fazer a minha defesa no caso”, explica Joaquim.

TECNOLOGIA FAVORECE

Anos depois das primeiras iniciativas de conciliação no Brasil, os espaços dos tribunais já se mostravam limitados para favorecer o entendimento entre as partes. Em 2016, Chrystiane

Uhlmann percebeu que todas as pessoas dispostas a conciliar e passar por audiências de mediação no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) ficavam mexendo no celular nas salas de espera. “Sem falar nas pessoas que precisavam se deslocar até as comarcas do interior, ou que por outros motivos não conseguiam comparecer às audiências”, lembra a servidora, que criou a primeira iniciativa de conciliação por aplicativos de mensagens instantâneas.

O procedimento é simples: as partes interessadas entram em acordo sobre um dia e horário para a conversa, que é acompanhada por um conciliador. “Passei pelo processo e senti que a Justiça chegou aonde realmente eu sempre estou: no WhatsApp”, afirma Renata Soares, bancária que resolveu a questão de um móvel não entregue por uma loja da sua cidade, Joinville (SC), pelo aplicativo. Na conciliação por esses canais, a pauta é mais enxuta e objetiva, e a audiência acontece com muito mais rapidez. “Hoje, na comarca de Acurra [em Santa Catarina], uma audiência presencial só pode ser agendada para daqui a oito meses. Se for pelo WhatsApp, ela já pode acontecer na semana que vem”, explica Chrystiane.

A servidora já deu treinamentos a funcionários de dez tribunais brasileiros sobre essa modalidade de conciliação por aplicativos e programas de transmissão de vídeo e mensagens. “Encontrei muita resistência por parte do meu tribunal de origem e do Poder Judiciário de maneira geral. Ainda encontro, mas mesmo assim as ações de conciliação vêm dando certo e mostrando resultado”, conta Chrystiane, que já participou como conciliadora de mais de cem audiências digitais que resultaram em acordos. Em fevereiro de 2017, ela foi uma das vencedoras do VII Prêmio Conciliar é Legal, que reconhece

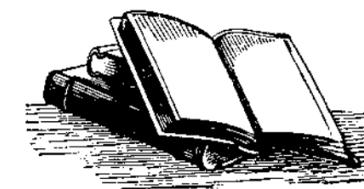
A JUSTIÇA EM NÚMEROS

79,7 milhões de processos tramitam no Poder Judiciário brasileiro.

Apenas **12% dos processos** judiciais encerrados em 2016 no Brasil foram solucionados por meio de conciliações.

O Judiciário encerrou 2016 com **29,4 milhões** de novos processos, crescimento de **6,6%** em relação ao ano anterior.

Fonte: Relatório “A Justiça em números 2017” – Conselho Nacional de Justiça 7 – Conselho Nacional de Justiça (CNJ)





ENTENDA A DIFERENÇA

CONCILIAÇÃO

Utilizada para resolver conflitos mais simples, em que um facilitador pode adotar um posicionamento mais ativo, porém, neutro, em relação ao conflito. Promove a harmonia da relação entre pessoas com pouco vínculo, ou empresas e clientes.

MEDIAÇÃO

Uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes. É empregada em conflitos complexos, em que existe relação prévia entre as partes, como a familiar.

QUEM PODE CONCILIAR?

Interessados devem procurar o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) ou um dos centros de conciliação dos tribunais. Para atuar como mediador judicial, além da formação concedida pela unidade judiciária é preciso que o cidadão seja graduado há pelo menos dois anos em qualquer área de formação, de acordo com a Lei da Mediação (n.º 13.105/2015).

iniciativas inovadoras, criativas e eficientes da Justiça brasileira para promover a conciliação.

MEDIAR É DIVINO

A mediação e a conciliação também chegaram a terreiros e templos religiosos. Especialistas no assunto identificaram esses espaços e seus líderes como canais potenciais de resolução de conflitos. Após a capacitação fornecida pelos tribunais no âmbito do programa, iniciado pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) e já adotado pelos tribunais do Distrito Federal, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, espíritas se tornaram facilitadores entre católicos e budistas, enquanto umbandistas passaram a ajudar evangélicos e assim por diante.

ESTADO LAICO?

De acordo com juíza Luciana Yuki, em nenhuma medida essas práticas ferem o princípio do Estado laico. Para a coordenadora do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJ-DFT), capacitar líderes religiosos para auxiliar na resolução de conflitos é uma evolução dentro da política pública. “Não estamos promovendo nenhuma religião. O curso é aberto para todas as igrejas. Cultivamos a tolerância religiosa, já que os líderes participam juntos, e não há vinculação com nenhum dogma durante a formação”, explica Luciana.

Só no TJDF, 30% dos processos poderiam ser resolvidos antes do ajuizamento de ações. Para a magistrada, é fundamental que a Justiça e os cidadãos reconheçam templos, terreiros e outras instituições e espaços como potenciais canais de mediação e conciliação. “Na sociedade, a igreja é um lugar de aconselhamento, que faz parte da sociedade e tem abrangência nas comunidades. Por que não aproveitar esse espaço para promo-

ver a paz social por meio de acordos que evitem a judicialização das questões?”, questiona a juíza.

O atendimento em templos e terreiros não exige um espaço diferenciado, apenas reservado. E é numa sala com essa característica que Salmo Vieira, presidente de um terreiro de umbanda de Goiânia (GO), recebe frequentadores e outras pessoas envolvidas em questões passíveis de conciliação. “Muita gente se consome por ter dívidas, problemas com clientes ou no condomínio, e poder colaborar para a resolução desses conflitos é uma forma de colaborar para o restabelecimento da harmonia e da paz interior de quem se propõe a achar uma saída que não passe pela Justiça”, afirma o umbandista.

AMBIENTE ESCOLAR

No Amapá, diretores escolares, coordenadores pedagógicos e professores são o alvo das capacitações em mediação e conciliação para combater o bullying nas escolas. “Apresentar a conciliação como uma alternativa para resolver problemas e combater a violência nas instituições de ensino pode ser a chave para formar cidadãos que levem consigo essa cultura de entendimento por toda a vida”, acredita a instrutora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Amapá (Nupemec/TJAP) Sônia Ribeiro.

Os números confirmam a relevância dessa preocupação. De acordo com o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016, 41% dos estudantes amapaense afirmam já terem sofrido agressões na escola, e 18,6% dos alunos admitem já terem humilhado colegas de escola. O Mapa da Violência 2017, assinado pelo Ministério da Saúde, mostra que nos últimos 12 anos a taxa de suicídio na população de 15 a 29 anos subiu quase 10%.

E como as ações de mediação e conciliação se realizam no ambiente escolar? Além de abordar o bullying nas aulas ou em palestras específicas sobre o tema e da criação de espaços de conciliação entre agressores e agredidos, profissionais da área de educação também podem promover ações como a criação de grupos em que os alunos têm a oportunidade de se expressarem sobre o assunto. Foi assim que Roberto [*nome trocado para preservar a identidade do entrevistado*], estudante do 8º ano do ensino fundamental da Escola Estadual “Dom Aristides Piróvano”, em Macapá (AP), deu-se conta de que estava prejudicando alguns colegas. “Para mim tudo era levado na brin-

Porcentual de conflitos conciliados ou mediados deve aumentar, já que o novo Código de Processo Civil, em vigor desde 2016, prevê a realização de uma audiência prévia em todos os processos cíveis

cadeira, mas na roda de conversa sobre bullying percebi que estava traumatizando meus amigos com a invenção de apelidos e um jeito um pouco agressivo na hora do recreio”, relata o estudante.

CANAL DIGITAL

Uma audiência de conciliação pode levar 180 dias para acontecer no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Para agilizar o entendimento entre cidadãos e evitar que mais processos sejam ajuizados, em dezembro de 2015 a corte fez uma parceria com a plataforma online *Consumidor* (consumidor.gov.br), canal oficial de resolução de conflitos de consumo desenvolvido e monitorado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Mais de 800 mil casos já foram conciliados por meio da plataforma, que pode ser utilizada gratuitamente por qualquer cidadão. O consumidor só precisa preencher um formulário eletrônico e aguardar a manifestação da empresa, que deve propor um acordo em até dez dias. Em média, 80% dos casos são resolvidos em até oito dias sem a intervenção de terceiros. Atualmente, o sistema tem 647.774 usuários – 48,5% da Região Sudeste – e 397 empresas cadastradas.

É possível encontrar outras plataformas digitais especializadas em conciliação e mediação, como a *Concilie Online* (concilie.com.br). Ela é contratada pelas empresas que buscam acordos com seus clientes, e todo o processo de agendamento da audiência e participação de

um conciliador é conduzido pelos proprietários do site. Em torno de 84% dos clientes procurados pela plataforma aceitam participar, e 72% das audiências virtuais resultam em acordo. O processo completo leva em média sete dias.

Em 2016, o CNJ lançou o *Sistema de Mediação Digital* (cnj.jus.br/mediacaodigital), que permite a troca de mensagens e informações entre as partes e se adapta à realidade de cada setor. Os acordos podem ser homologados pela Justiça ao fim das tratativas, se os participantes considerarem necessário. Qualquer empresa pode se inscrever no sistema, e caso um cidadão procure por uma empresa não cadastrada, ela é informada pelo próprio sistema e convidada a aderir à iniciativa. O sistema também permite o acordo entre contribuintes e as procuradorias envolvendo dívidas ativas com a União ou com os Estados.

Para a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), as modalidades de mediação e conciliação demonstram o aprimoramento do Poder Judiciário. “Só por meio da transformação da gestão de processos, da forma de atuação dos juizes, da condução de iniciativas preventivas ao ajuizamento de novos processos e pela comunicação efetiva com a sociedade é que vamos conseguir dar respostas mais rápidas, eficazes e transformadoras ao cidadão”, conclui Carmen Lúcia.

“Em muitos casos se tem a impressão que seria necessário um estudo aprofundado sobre o assunto para se ter uma sentença mais correta. Na arbitragem, por exemplo, cada caso tem um caráter personalizado, inclusive com árbitros embasados para julgar de forma justa e rápida”, sugere o assessor jurídico da FecomercioSP e membro da Câmara Empresarial de Arbitragem (Fecomercio Arbitral), Alberto Borges de Carvalho Júnior. Uma Justiça mais célere que o País tanto almeja parece algo possível nos próximos anos. Segundo o documento do CNJ, a tendência é que os percentuais de casos mediados ou conciliados aumentem, tendo em vista a entrada em vigor em março de 2016 do novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015), que prevê a realização de uma audiência prévia de conciliação e mediação como etapa obrigatória para todos os processos cíveis. Espera-se ainda que esses meios alternativos auxiliem a Justiça a ter sua confiança reconquistada perante a sociedade.

&



FAÇA MAIS. FAÇA SENAC.

CONFIRA AS ÁREAS EM QUE O SENAC ATUA
E PROCURE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA
PARA FAZER A SUA INSCRIÇÃO.

CURSOS NAS ÁREAS DE:

- Arquitetura e Urbanismo
- Comunicação e Artes
- Desenvolvimento Social
- Design
- Educação
- Eventos e Lazer
- Gastronomia
- Gestão e Negócios
- Hotelaria e Turismo
- Idiomas
- Limpeza, Conservação e Zeladoria
- Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho
- Moda
- Saúde e Bem-estar
- Tecnologia da Informação

Conheça nossa política de bolsas em www.sp.senac.br/cursosgratuitos.

APRENDIZADO E CONHECIMENTO PARA SEMPRE.

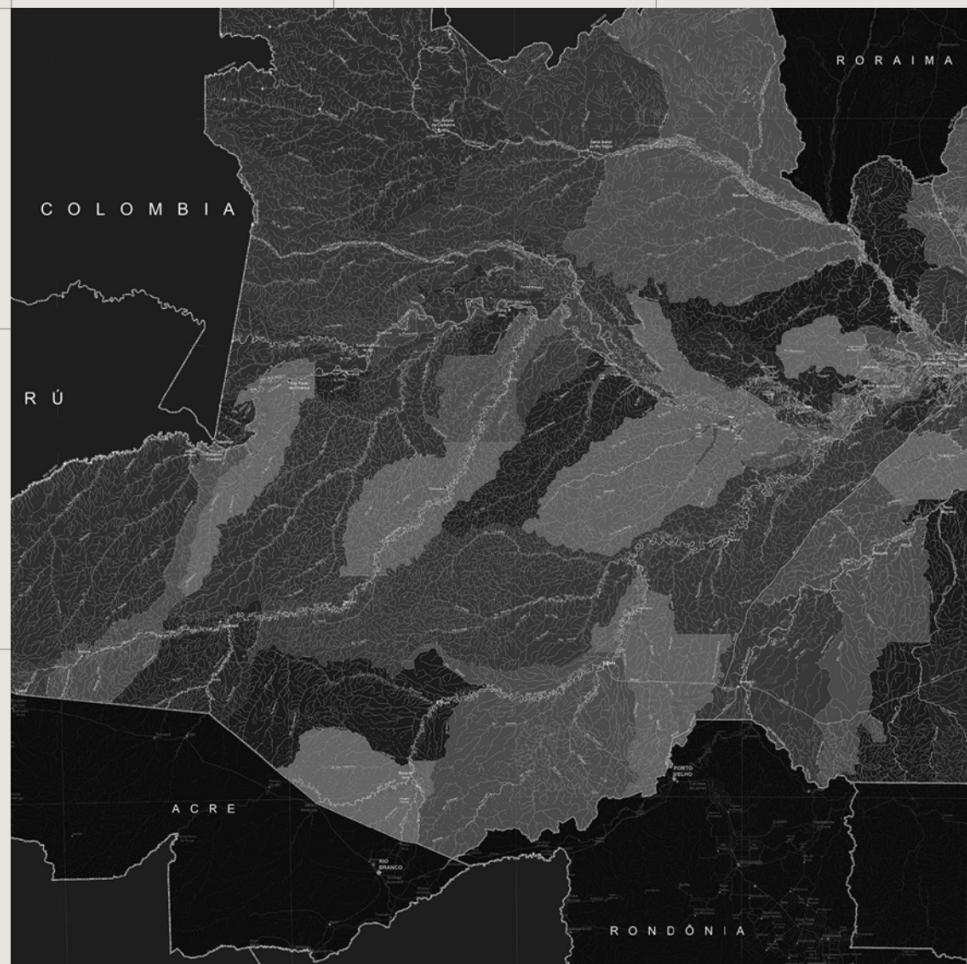


Desconto não cumulativo com outros descontos/benefícios. Sua aplicação não é válida para cursos da educação a distância, do ensino superior, do Atendimento Corporativo, eventos e produtos da Editora Senac São Paulo. Nesses casos, os benefícios obedecem à Política Senac de Descontos Institucionais.

CAPITAIS E REGIÕES METROPOLITANAS: 4090-1030
DEMAIS REGIÕES: 0800 883 2000 • www.sp.senac.br

SAMUEL PEREIRA
Aluno do Senac
São Paulo.





Mapa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

AMAZONAS ENTRE O RETROCESSO E O DESENVOLVIMENTO

O mesmo Estado que dispõe de amplo potencial industrial e atrai interesse estrangeiro para um dos maiores polos de negócios do País, enfrenta entraves como o alto custo logístico e a falta de infraestrutura adequada para a economia se desenvolver. Além disso, até hoje negligencia necessidades de povos indígenas e expõe a população à insegurança e aos perigos da exploração desenfreada e do garimpo ilegal.

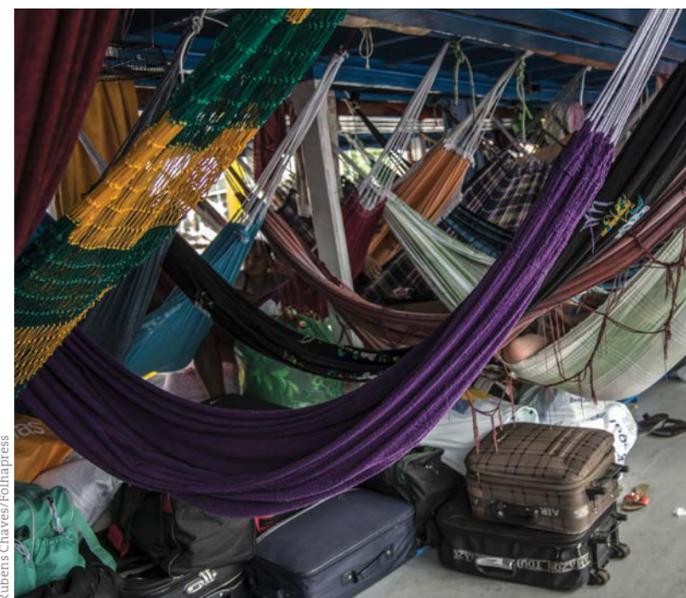
texto FABÍOLA PEREZ

R

Realidades contrastantes marcam o Estado brasileiro com o maior território. Enquanto empresários de todo o mundo se reúnem na Zona Franca de Manaus para fechar parcerias e ampliar negócios nos setores comercial, industrial e logístico, a região sul tem sido palco de uma série de conflitos e ações criminosas. As faltas de fiscalização e policiamento nas rodovias favorece a insegurança e a formação de grupos armados que atuam no tráfico de drogas. Na região fronteira amazônica também são comuns conflitos entre populações indígenas, fazendeiros e garimpeiros. Em outubro de 2017, os prédios do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), localizados em Humaitá, a quase 600 quilômetros da capital, foram alvos de um incêndio provocado por garimpeiros. A ação ocorreu após uma operação do Ibama que apreendeu e incendiou balsas utilizadas ilegalmente na atividade. Distante de tudo isso, algumas populações tentam ter uma rotina normal. A indígena Amália Gonçalves vive na aldeia de Querari, e para participar do curso de formação de professores indígenas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) no município de São Gabriel da Cachoeira leva entre 12 e 14 dias de barco. “Ao se criar um polo de desenvolvimento, espera-se que haja uma transferência desse potencial para municípios próximos, mas não foi o que ocorreu. Manaus ainda está bem isolada”, afirma o conselheiro do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM) e especialista em desenvolvimento regional, Martinho Azevedo. “O interior está abandonado pelo Estado, não há acessos à saúde e à educação e sobra espaço para o narcotráfico, o garimpo e outras atividades ilegais.”

Principal motor econômico do Estado, o Polo Industrial de Manaus foi impactado pela recessão nos últimos anos. Apesar disso, vem tentando investir em novos setores para recuperar os índices de desenvolvimento anteriores à crise. A região, batizada de “Zona Franca”, nasceu em 1967, a partir de um decreto-lei que estabeleceria incentivos fiscais para empresas que se instalassem em uma área física de 10 mil quilômetros quadrados da capital. Essa transformação ocorreu com o fim do modelo econômico baseado no extrativismo e com o esgotamento do ciclo de exploração da borracha. “Foi criada então uma região de livre comércio para incentivar o desenvolvimento também no interior”, afirma o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo. No início, a Zona Franca tinha três pilares de atuação: comércio, indústria e agroindústria. “Havia uma visão desenvolvimentista na década de 1960 e um anseio de que o Norte e o Nordeste estivessem integrados ao restante do País”, diz Martinho. Com a globalização e as transformações da década de 1990, o comércio perdeu força, transformando a indústria na grande mola propulsora do desenvolvimento.

*Embarcação com
redes no Porto
de Manaus*



Rubens Chaves/Folhapress

“Como os rios são nossas estradas, o frete é mais caro do que o valor que se paga para transportar uma mercadoria da China até o Porto de Santos. Isso faz o produto dobrar de preço.”

MARTINHO AZEVEDO, conselheiro do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM)

O maior atrativo para as companhias multinacionais se estabelecerem em Manaus é a desoneração de impostos. Os benefícios tributários são oferecidos para minimizar os custos impostos pela geografia da região. O governo federal oferece a isenção do imposto sobre produtos industrializados e as reduções do imposto de importação e do imposto de renda. Já o estadual oferece a restituição de 50% a 100% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com isso, as indústrias de duas rodas, transformação, alimentos e informática avançaram. Hoje, o polo industrial reúne quase 500 empresas. “Como os rios são nossas estradas, o frete é mais caro do que o valor que se paga para transportar uma mercadoria da China até o Porto de Santos. Isso faz o produto dobrar de preço”, destaca Azevedo. Honda, Yamaha, Harley Davidson e Samsung são algumas das companhias do polo. Segundo economistas, 90% das empresas são multinacionais, e 50% do capital vêm de companhias asiáticas. Nos últimos meses, a Fieam recebeu ainda empresas europeias e latino-americanas do setor de alimentos, bebidas, químicos e farmacêuticos. O faturamento do polo em 2014 foi pouco

mais de R\$ 87 bilhões. Para 2017, a estimativa é chegar a R\$ 70 bilhões.

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento do Amazonas são as condições geográficas. “Nosso logística é muito complexa, onerosa e cara”, afirma Azevedo. Uma das rodovias mais importantes é a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, em Rondônia, mas as obras estão paralisadas há pelo menos 20 anos. “Toda mercadoria tem que sair de Manaus para Belém e, de lá, escoar para o restante do País”, afirma Azevedo. Outra obra grandiosa, a Transamazônica, concebida durante a ditadura militar para integrar o Norte e o Nordeste, ainda hoje possui condições precárias. A rodovia é sinônimo de perigo e atraso para empresários. As condições inferiores às necessárias fizeram com que o setor privado investisse em seus próprios meios para ampliar os negócios. O Complexo Portuário de Manaus é composto por apenas um porto público e dez terminais de uso privado. As 11 estruturas portuárias movimentaram quase R\$ 120 milhões de toneladas entre 2010 e 2015. “A demanda pelo transporte fluvial existe, por isso, o Estado brasileiro deveria assumir essa responsabilidade”, ressalta Martinho. Outra opção que atende à produção industrial é a

movimentação de cargas pelo Aeroporto Internacional de Manaus. No início de 2017, o aeroporto registrou alta de 42% em importações e exportações em comparação ao mesmo período de 2016.

IMPACTO SOCIAL

Ao contrário do previsto, o desenvolvimento no polo industrial de Manaus não beneficiou cidades vizinhas na mesma proporção. Apesar de ajudar a alavancar alguns produtores, o dinamismo econômico não emplacou como na capital. Hoje, estima-se que 93% da riqueza do Estado sejam gerados em Manaus. “Nos demais municípios, há uma pequena produção agrícola, extração de produtos naturais, pesca artesanal, piscicultura e repasses federais”, afirma o chefe do departamento de economia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Luiz Roberto Coelho Nascimento. O que efetivamente colaborou para iniciar o processo de mudança na economia foi a instalação de centros universitários federais. “Investir em unidades acadêmicas nessas regiões ajudou muito. Conseguimos levar universidades para cinco municípios”, diz Nascimento. “O salário dos professores movimenta o consumo.” Para ele, não se pode depender apenas da expansão da indústria. O polo petroquímico de Urucu, descoberto em 1986 no município de Coari, a 650 quilômetros de Manaus, chega a produzir 35 mil barris de petróleo por dia, produção considerada pequena quando comparada aos 100 mil barris diários produzidos em apenas uma das unidades do pré-sal. Ainda assim, tem papel relevante na economia do Amazonas.

Quanto mais distante de Manaus, mais acentuada é a desigualdade entre os municípios. As dificuldades de acesso à saúde e à educação são sérios obstáculos na vida do amazonense. “Tudo é muito longe e oneroso”, afirma Nascimento. Não à toa, muitas regiões sofrem com a ausência de políticas públicas e, conseqüentemente, com elevados índices de criminalidade. Um estudo produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) registrou um aumento de 145,7% no número de homicídios entre 2005 e 2015. Nesse período, o número de assassinatos saltou de 599 para 1.472, e o Estado aparece em quinto lugar entre os que tiveram maior crescimento no índice do País.

MARGINALIZAÇÃO INDÍGENA

Ao mesmo tempo em que possui a maior diversidade de comunidades indígenas, com 65 povos, representando um terço de toda a população do

País, o Amazonas marginalizou esse estrato social sem oferecer políticas públicas específicas. Esse é o diagnóstico do professor e antropólogo da Ufam Gersem dos Santos Luciano Baniwa. Coordenador do Fórum de Educação Indígena do Estado, ele revela um dado que reflete a falta de atenção aos índios: dois terços das escolas indígenas do Amazonas não têm prédio, ou seja, as aulas obrigatoriamente ocorrem em locais abertos. As populações indígenas também são as mais castigadas pela dificuldade nos longos deslocamentos. “A falta de políticas específicas nas aldeias é uma forma de condenar essas pessoas à precariedade. Na maioria delas, o Estado não está presente”, diz Baniwa. Atualmente, as aldeias apresentam altos índices de violência, em função da inserção de álcool e tabaco. Um dos maiores problemas enfrentados por essas populações é o aumento do suicídio entre jovens indígenas. A região do Alto Rio Negro, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, tem sofrido há pelo menos uma década com o problema.

As maiores concentrações de populações indígenas são as regiões do Alto Solimões, com 70 mil habitantes, e do Alto Rio Negro, com 40 mil. Quem quer estudar ou trabalhar fora das aldeias, como Amélia Gonçalves, que vive em Querari, não têm incentivo. Pelo contrário: o barco que ela utiliza para chegar a São Gabriel da Cachoeira consome 500 litros de gasolina para fazer o trajeto. Com o litro em torno de R\$ 10, só o combustível fica em aproximadamente R\$ 5 mil. “Também não há uma política para incorporar jovens indígenas entre os funcionários do polo industrial de Manaus”, diz Baniwa. O emprego vem por outras vias. Muitos indígenas acabam trabalhando no funcionalismo público nas aldeias. Hoje, no Estado, existem cerca de 4 mil indígenas professores, entre 2 e 3 mil agentes de saúde e 2 mil soldados. Diante dessas condições, os povos indígenas tiveram de se concentrar em regiões remotas e, por vezes, inóspitas. Não raro, até a alimentação é precária nos locais afastados. “Por causa dos deslocamentos, muitas merendas não chegam às escolas, ou ainda o financiamento oferecido só prevê o valor da alimentação, sem incluir o preço do transporte”, afirma o ativista indígena. Atualmente, estima-se que no Amazonas vivam entre 150 e 160 mil indígenas de longo contato [*mais de 70 anos de contato com a população não indígena*], como os baniwas, entre 30 e 40 mil de recente contato, como os ianomâmis e cerca de 40 grupos ou aldeias vivendo em isolamento voluntário.

CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS ADVERSAS E FALTA DE INFRAESTRUTURA ENCARECEM A LOGÍSTICA. IMPORTANTE PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO, A BR-319, QUE LIGA MANAUS A PORTO VELHO, TEM OBRAS PARALISADAS HÁ PELO MENOS 20 ANOS

Ao contrário de outros Estados brasileiros que enfrentam frequentes confrontos em decorrência da demarcação de terra indígenas, o Amazonas possui um terço de seu território com áreas demarcadas. Há uma década, porém, esse cenário começou a mudar. “Hoje, vemos muitos conflitos no sul do Estado envolvendo indígenas na fronteira agrícola com Rondônia. O Amazonas entrou para o mapa nacional dos confrontos”, afirma Baniwa. Uma das razões para isso é que a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão criado para delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras historicamente ocupadas por indígenas, enfrenta uma profunda crise política. “O Estado brasileiro está matando a Funai, diminuindo drasticamente seu orçamento e seus recursos humanos. Está à beira da falência”, critica o ativista. As últimas conquistas, como as inserções de indígenas nas universidades e na política, são frutos da descentralização das atividades da Funai. “As ações foram divididas pelos ministérios, por isso tivemos alguns avanços.”

DESMATAMENTO

Por muito tempo, o Amazonas foi considerado um modelo na preservação da floresta. Nos últimos anos, porém, houve um retrocesso no

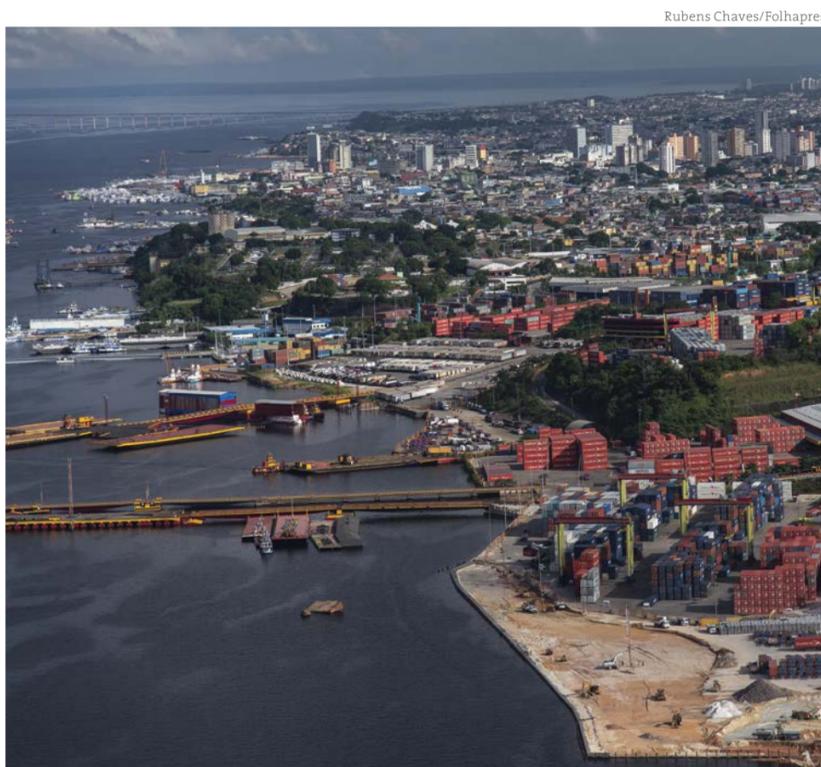
combate ao desmatamento. De 2014 para 2015, o crescimento da devastação foi de 42%, e de 2015 para 2016, 54%. Os números chamam a atenção de especialistas. “À medida que se constroem rodovias, atividades como a extração de madeira avançam sobre o núcleo da floresta. A BR-319, por exemplo, corta áreas que podem se tornar extremamente vulneráveis”, afirma o professor do Instituto de Ciências Biológicas da Ufam Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda. “Uma estrada dessas funcionando a todo vapor, sem fiscalização, implica uma ocupação totalmente desordenada.” Uma das alternativas para reduzir o desmatamento seria investir em meios de transporte multimodais: rodovias e ferrovias integradas com hidrovias. “Boa parte dos nossos rios é navegável. Para aproveitá-la, seria necessária a modernização dos barcos”, diz. Um entrave histórico ao avanço do debate é o senso comum que opõe desenvolvimento e proteção ao meio ambiente. “Nunca se conseguiu desenvolver um projeto político que ultrapassasse essa ideia.”

A região sul do Estado é a mais afetada. “Ela está no *front*, sem nenhum controle efetivo, por isso se torna alvo de pistoleiros, grileiros e extrativistas de Rondônia, do Mato Grosso e do Pará”, afirma Arruda. “Esses grupos tomam a terra de maneira duvidosa nos municípios de Lábrea, Humaitá e Boca do Acre”, explica. A localização geográfica e a falta de fiscalização contribuem para o que os especialistas chamam de “arcos do desmatamento”. Ou seja, quando uma estrada é aberta na floresta, há um impacto, visto de cima, semelhante a uma espinha de peixe. Surgem ramificações que se conectam à “espinha principal” para ampliar a exploração causada pela rodovia. Na região, existem os arcos norte e sul. No segundo, a falta de fiscalização e o comprometimento da biodiversidade são maiores. Uma das razões que explica o aumento da exploração da floresta é a falta de orçamento e de recursos humanos dos órgãos de controle. “Faltam recursos tecnológicos em regiões de difícil acesso. Muitas vezes, o combate aos incêndios é realizado com

abanadores”, diz Arruda. Quando satélites identificam áreas exploradas, a degradação já se iniciou há tempos, o que demonstra a necessidade da atuação preventiva.

Problemas estruturais que nunca foram, de fato, estancados – como a grilagem de terra e o garimpo – agravam ainda mais as discussões ambientais. O impacto dessas atividades é brutal. Um dos maiores garimpos a céu aberto entre Amazonas e Roraima castiga a terra indígena dos ianomâmis. Além de degradar regiões de igarapés da floresta, os garimpos ocasionam mazelas sociais profundas, como condições de trabalho análogas à escravidão, doenças decorrentes da exposição ao mercúrio, violência extrema e prostituição. “O Estado brasileiro deveria reconhecer o garimpo de outra forma. A maioria é formada por trabalhadores totalmente vulneráveis, enquanto as grandes mineradoras obtêm licença quase que irrestrita para lavrar a terra”, afirma Arruda.

Áreas de conservação também estão na mira de exploradores. Essas regiões sofrem pressões sucessivas para redução, alteração do limite e até mesmo pela extinção. “Para cumprirmos seu papel, precisamos de um projeto de fiscalização mais moderno. Do contrário, elas se tornarão ilhas cercadas por interesses”, afirma o especialista. Outro aspecto que merece atenção e apoio do Estado é a agricultura familiar. Por se tratar de uma biodiversidade extremamente complexa são necessárias políticas públicas que ofereçam subsídios aos agricultores. “Os indígenas, por exemplo, possuem cultivos diversos”, explica Arruda. “As demais populações, porém, plantam apenas mandioca, prejudicando o solo com a monocultura”, diz. Isso ocorre porque ainda é muito difícil cultivar a agricultura sustentável em função dos custos e da complexidade. Há uma série de impeditivos à ampla adesão, como obtenção da titulação de terras e a fertilização correta do solo. Além desses gargalos, o crescimento da atividade econômica no Estado deverá impor outros desafios. Hoje, o agronegócio ainda é incipiente no Amazonas, mas já registra um avanço gradual. Essa e outras questões terão de ser enfrentadas para o crescimento de uma região que, definitivamente, não poderá encerrar o desenvolvimento a qualquer custo.



Rubens Chaves/Folhapress

Terminal portuário de Manaus às margens do Rio Negro

&

C “CHINASSAURUS CYBERNETICUS” DO TELEX AO WECHAT

Sabe o que é um telex? Se for um *millennial*, é provável que consulte o Google. Era o equipamento de comunicação que usávamos quando viemos morar na China, em 1986. Mas o processo de planejamento daqui já estava em implantação para conseguir alcançar o nível de desenvolvimento atual, com altíssimo nível de inclusão social – além do esforço para manter alto o nível de atitude ética.

Sim, já trabalhávamos no futuro àquela época. Aqui, moramos no futuro! Quando vocês acordam aí, já estamos indo dormir. Na verdade, esse futuro é algo mais do que dez horas de diferença de fuso. Eu não me cansava de contar a todos que eu vinha do “país do futuro”, o Brasil. O que mudou, aqui e aí, nesses 31 anos? Por que nosso Brasil ainda não chegou ao tal “futuro”?

Evidentemente, não ficamos tão para trás assim! Em função do enorme desenvolvimento da logística e da comunicação, com WhatsApp ou WeChat, a velocidade é outra. Contudo, o dia continua com as mesmas 24 horas. O tempo não mudou. O que mudou foi a forma como o utilizamos.

Se observarmos a mídia social, veremos a enorme dedicação a assuntos de má-fé na condução da coisa pública, manifestações de egoísmo exacerbado e outros aspectos negativos da humanidade em detrimento de assuntos construtivos. Quando comparamos o estilo de desenvolvimento da China, cooperativo-construtivo, com o dos países hegemônicos do Ocidente (estilo baseado em destruição para fomentar a indústria armamentista, mantendo o nível de demanda para o crescimento econômico interno), identificamos o mesmo padrão – o positivo se contrapondo ao negativo.

Depois de tirar da pobreza absoluta mais de 750 milhões de pessoas nas últimas três décadas, a China é, agora, a grande investidora direta para atividade produtiva, não a especulativa. Ela in-

veste na África em infraestrutura, por exemplo, sem interferir naquela sociedade, em termos culturais, políticos ou até religiosos. Querem, em contrapartida, fazer bons negócios para todos!

É isso que estão propondo e fazendo no Brasil hoje. Investindo, sem interferir com imposição, via o tal do *soft power*. Os chineses nunca foram conquistadores de outros povos. São imbatíveis na luta por bons negócios, mas sem colonialismo nem imperialismo. A China consegue manter sua economia funcionando e crescendo por meio desse tipo de expansão, algo saudável para o planeta. Consciente de ter cidades superpoluídas, tem tido exemplar atitude em defesa do meio ambiente, com alto desenvolvimento tecnológico de energia sustentável e postura coerente nos acordos internacionais.

Em 1986, vendíamos aqui navios inteiros de siderúrgicos do Brasil. A China estava produzindo geladeiras para quase 1,3 bilhão de pessoas. Isso já traduzia o planejamento estratégico de longo prazo. Hoje exportam para o mundo todo aço, geladeiras, painéis fotovoltaicos e turbinas eólicas.

Precisamos ter mais estudantes do Brasil aqui para aprender sobre pragmatismo, sobre dar prioridade àquilo que é útil e construtivo. Temos de evitar perda de energia dando atenção a lideranças ultrapassadas. É fundamental que se evite nova eleição de extremistas, populistas, retrógrados e defensores de modelos de desenvolvimento sabidamente falidos, sem respeito algum pela lógica econômica da harmonia fiscal.

Há enorme energia positiva para se fazer a coisa certa, especialmente dos nossos *millennials*, com consciência da necessidade de se ter ética em todas as atitudes. Na China, essa atitude de virtude e dignidade não mudou nesses 31 anos. A complementaridade chega a ser óbvia nos âmbitos econômico, comercial e financeiro, mas há de se dar a devida atenção também à educação e à postura filosófica. Chineses e brasileiros, em conjunto, têm tudo para fazer fluir essa onda do bem, daquilo que é o melhor para todos em termos de evolução.

&



MARCOS DE PAIVA VIEIRA

é economista, professor da Guangdong University of Technology e executivo de comércio exterior

M Centro de Liberdade Econômica
Mackenzie



FAÇA PÓS ESCOLAS ECONÔMICAS LIBERAIS

O objetivo do curso é promover o ensino de escolas econômicas, pouco trabalhadas ao longo dos cursos tradicionais de economia, ampliando a perspectiva econômica de análise. São abordadas no curso o pensamento econômico e as implicações para o mundo dos negócios, o papel do governo e suas políticas públicas nas visões da Escola Austríaca, Escola de Chicago, Escola de Virgínia (Public Choice) e Nova Economia Institucional.

O curso se destina a profissionais graduados, especialmente, em Economia, Ciências Sociais, Jornalismo, Direito, Administração de Empresas, Administração Pública, Relações Internacionais, etc., bem como candidatos a cargos eletivos, assessores de políticos, funcionários de Fundações Partidárias e, ainda, membros de partidos políticos identificados com os princípios liberais.

As inscrições para a turma 2018/1 já estão abertas
Início das aulas: 23 de fevereiro de 2018.
<http://bit.ly/2zycecv>

M Universidade Presbiteriana
Mackenzie



HUMANIZAÇÃO FAZ A DIFERENÇA NOS HOSPITAIS

M

Mateus [*nome fictício*] tem três anos e adora brincar. Na brinquedoteca, toca um pianinho com muita satisfação e ritmo. Ao ver a responsável pelo setor entrar, pede que ela vá brincar com ele. Ela diz que está ocupada e promete voltar depois. Então, ele vai até o corredor, pega um triciclo e sai em disparada. Sua alegria e energia é tanta que nem parece que está ali no Hospital Infantil Darcy Vargas, em São Paulo, em tratamento quimioterápico.

Até pouco tempo atrás, cenas como essas seriam impensáveis em um hospital, geralmente visto como local lúgubre e sem vida, onde os pacientes eram tratados de forma impessoal. O cenário começou a mudar apenas a partir de 2000, ano em que o Ministério da Saúde regulamentou o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar, introduzindo a ideia de que a abordagem do paciente não se limita a recursos tecnológicos, mas também inclui um tratamento respeitoso e acolhedor. Inicialmente, cabia a cada hospital adotar ou não práticas de humanização. Mas, em 2004, o governo lançou a Política Nacional de Humanização da Saúde, um projeto que ganhou o status de política pública e que vem sendo adotado por hospitais privados também.

ARTICULAÇÃO

No Darcy Vargas, a ouvidora do hospital – que está prestes a completar 60 anos – e presidente da comissão de humanização, Tereza Cristina Gonçalves Sarmento Barros, explica que, em 2003, a ideia inicial era apenas articular diferentes projetos de acolhimento para garantir a assistência à criança. “Mas o projeto foi crescendo e, hoje, trabalhamos com ações de várias entidades voluntárias e nos reunimos com esses associados para discutir problemas relacionados à humanização”, descreve.

A instituição acolhe mais de 50 projetos de diferentes organizações que atuam na área de humanização hospitalar. A lista de ações desenvolvidas é bem diversificada: contadores de histórias; visita de animais domésticos, que ajudam a entreter os jovens pacientes e aliviar o estresse do tratamento; apresentações de grupos musicais ou circenses, como o grupo Palhaçuras, composto só de mulheres que atuam como palhaços; jardim terapêutico, onde as crianças brincam e aprendem os princípios básicos de jardinagem; e o cantinho da beleza, em que crianças, mães e trabalhadores de saúde podem fazer o cabelo e ganhar um novo ânimo com a melhoria da aparência, entre outras iniciativas.

Mas a humanização não fica apenas nas atividades lúdicas. Voluntários do Colégio Miguel de Cervantes, localizado nas proximidades do Darcy Vargas, oferecem aulas de língua e cultura espanhola. Uma parceria com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Saúde também alocou cinco professores no hospital para evitar que os alunos percam o ano.

“Temos pacientes com internações muito longas, e a rotina do hospital os estressa muito”, explica a coordenadora do projeto batizado de “Classe Hospitalar”, que pretende fazer com que os alunos acompanhem os conteúdos ministrados em suas escolas, Cynthia de Carvalho Wollé Caroni. Com foco no ensino fundamental, os professores atendem nas brinquedotecas ou nos próprios leitos com atividades e projetos específicos, como troca de correspondência com alunos de fora do hospital, ou atividade de pintura cujo tema é uma releitura da obra de Romero Britto.

Os jovens pacientes adoram as atividades escolares, pois recebem uma atenção maior do que teriam na escola. Ao fim da internação, eles levam o caderno de atividades e o apresentam à escola, para que o conteúdo seja considerado

texto SILVIA KOCHEN

ATIVIDADES PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS, COMO CONTAÇÃO DE HISTÓRIA E CONTATO COM PETS, TÊM CONSEQUÊNCIA DIRETA NO TRATAMENTO, POIS A ALEGRIA LIBERA ENDORFINAS, O HORMÔNIO DA FELICIDADE, E MINIMIZA A DOR

em seu currículo escolar. Com o Classe Hospitalar, as crianças que ficam muito tempo hospitalizadas sentem que têm uma vida normal, melhorando a autoestima, garante Cynthia.

AMBIENTE ADEQUADO

Desde que abriu a unidade de pediatria, em 2006, o Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, tem uma preocupação especial em humanizar o ambiente. Os detalhes falam por si: decoração com motivos infantis, acesso da luz solar em todos os quartos, quadro na porta dos quartos com o nome dos pacientes (crianças) e de seus pais etc. Além disso, o Sírio-Libanês abre as portas para uma psicoterapeuta que, com seu violão, visita os pequenos pacientes e faz música em seus dormitórios. Grupos de música também são recebidos para apresentações voltadas a pacientes e profissionais, assim como contadores de histórias, palhaços (da ONG Hospitalhaços), Heróis do Bem (atores que brincam com as crianças vestidos de super-heróis) e Patas Terapeutas (grupo que leva animais domésticos para visitar os pacientes). “O animal traz alegria e tranquilidade, e a criança se anima a sair do quarto e ir brincar com o cão na brinquedoteca”, explica a coordenadora médica da unidade de terapia intensiva (UTI) do hospital, Lucília Santana Faria.

As crianças internadas na UTI do Sírio-Libanês não ficam isoladas por completo, pois a unidade está aberta à presença dos pais 24 horas. “Assim, a família também participa do tratamento”, garante a médica. Além disso, as crianças e os acompanhantes podem participar de uma oficina semanal de arte, com atividades como pintura e modelagem em massinha.

O Hospital Israelita Albert Einstein, um dos mais conceituados do País, também tem várias ações de humanização, como a visita pet, em que o próprio cão do paciente é recebido no hospital. Há também o Projeto Parto Adequado, que em 18 meses eliminou mais de 10 mil cesáreas sem indicação clíni-

ca e recentemente incrementou o espaço de transição de pré e pós-parto, com bolas de pilates e banheira.

O Einstein é pioneiro em humanizar a UTI ao permitir que o acompanhante fique 24 horas junto ao paciente. O hospital ainda tem um corpo próprio de voluntários que realiza várias ações de humanização, o que inclui desde entreter crianças a promover conversas com idosos.

EXÉRCITO DO BEM

Para colocar em prática todas essas iniciativas, os hospitais dependem de exércitos de organizações auxiliares. Uma das mais conhecidas, o Doutores da Alegria, não é formada por voluntários, mas por profissionais mantidos pelo financiamento de empresas privadas. A grande maioria, porém, é constituída por voluntários que dedicam um pouco de seu tempo a essas ações e buscam várias formas de financiamento, como subsídios de empresas, doações de particulares e venda de produtos (camisetas, livros etc.).

Está nesse grupo a ONG Associação Viva e Deixe Viver, que hoje reúne mais de mil voluntários que visitam regularmente cerca de 90 hospitais em 23 cidades brasileiras para contar histórias para crianças. A ideia de criar a entidade surgiu de seu fundador e presidente, Valdir Cimino, que passou um período nos Estados Unidos, onde atuou como voluntário de leitura em hospitais. De volta ao Brasil, ele achou que seria bom ter algo parecido por aqui e fundou a Viva e Deixe Viver, em 1997.

“Começamos no Hospital Emílio Ribas, mas logo ampliamos para o Hospital Infantil Menino Jesus, um grande complexo de 19 andares no bairro da Bela Vista, em São Paulo”, relembra Cimino. Os resultados foram muito bons, pois as histórias melhoravam o humor dos pacientes e aliviavam o estresse dos pais. “Com as sessões de contação de histórias, as crianças começaram a aceitar o remédio que não queriam tomar antes e a comer



melhor”, destaca. Em pouco tempo, os voluntários da Viva e Deixe Viver ganharam acesso à UTI nesse hospital e, atualmente, são até prescritos, como se fossem parte do tratamento.

Como muitas das crianças atendidas tinham a internação continuada por longos anos, foram crescendo e queriam continuar com as visitas. Assim, aos poucos, a Viva e Deixe Viver ampliou o projeto para jovens de até 18 anos incompletos. Hoje, a associação tem 35% de seus atendimentos para adolescentes, e os demais 65% são destinados às crianças.

Cimino se orgulha de ter criado uma espécie de “tecnologia de humanização” durante esses 20 anos de atuação. A ONG ganhou um prêmio internacional por seu projeto de trabalho, e com o dinheiro conseguiu adquirir sede própria, onde instalou uma escola para treinar contadores de histórias. Embora a entidade só atenda crianças e adolescentes hospitalizados, hoje prepara voluntários para atuar com idosos que desejem contar suas próprias histórias.

“Produzimos um jogo de contação de histórias, e são as crianças que estão criando suas próprias histórias”, conta Cimino. Também está sendo lançando uma página, a *Bisbilhoteca Viva*, com um grande acervo das histórias criadas durante sua atuação, e tem várias coleções de livros publicadas.

O maior orgulho de Cimino é ter contribuído para formar uma geração de leitores. E ele conta histórias sobre isso. “Era uma vez uma menina de quatro anos que vivia numa cama de hospital porque teve um problema de oxigenação no cérebro ao nascer. Com o trabalho dos voluntários de contação de histórias, aos oito anos, a menina já era uma devoradora de livros. Hoje, aos 23 anos, Mary Pietro está lançando seu segundo livro de poesias, *Dicionário Cardiopoético – notas sobre o pulsar dos dias*, pela editora Patuá”, relata. Mary também prepara uma série de palestras que discorrem sobre o que significa ter saúde.

EFEITO TERAPÊUTICO

A humanização de hospitais tem um papel terapêutico importante, garante o diretor-técnico do Hospital Infantil Darcy Vargas, o médico Sérgio Sarrubo. “O ambiente hospitalar está ligado à apreensão e ao sofrimento e gera expectativas e insegurança para os pacientes e familiares. Por isso, é importante darmos oportunidade de a criança ver a magia da vida e escapar da angústia e do sofrimento enquanto está no leito do hospital”, explica o médico.

Ele acrescenta que a humanização, com as atividades para as crianças, tem uma consequência direta no tratamento, pois a alegria libera endorfinas, o hormônio da felicidade, e minimiza a dor. “No dia da visita dos cães, por exemplo, não precisamos dar analgésicos para boa parte dos pacientes”, observa. Sarrubo lembra que o hospital tem uma disciplina muito rígida, com hora para tudo (para tomar remédio, para comer, para dormir) e as diversas atividades pensadas para humanizar o ambiente constituem na hora da descontração.

Embora médicos e funcionários observem frequentemente os efeitos de uma visita de palhaços, contadores de história ou do contato com cães no progresso dos pacientes, ainda não há muitos estudos que comprovem cientificamente os efeitos dessas práticas no tratamento, segundo o pós-doutorado em Neurociência na área de educação Guilherme Brockington. Ele lembra de um estudo da década de 1990, publicado pela revista *Science*. A pesquisa verificou que pacientes internados em um quarto com janela que dava para o verde se recuperavam mais rápido do que os que ficavam em quartos com vista para um estacionamento.

Brockington atualmente empreende uma pesquisa nesse sentido. “Estamos medindo o impacto de uma atividade de contação de histórias na redução do cortisol, o hormônio do estresse, e no aumento da oxitocina, o hormônio da felicidade”, adianta. Ele explica que isso é feito mediante a coleta de amostras de saliva do paciente, antes e depois da contação de histórias. “Com isso, esperamos ver se o estado emocional do paciente afeta diretamente o sistema imunológico”, afirma.

O projeto foi proposto há três anos, mas dificuldades de financiamento postergaram o início da coleta de amostras. Isso começou a ser feito apenas em maio de 2017, graças ao patrocínio do Instituto D’Or de Pesquisa e Ensino, ligado à rede hospitalar de mesmo nome. A amostragem contempla apenas crianças em UTIs, e a previsão é de que os primeiros resultados sejam publicados no início de 2018.

&

6º PRÊMIO FECOMERCIO DE SUSTENTABILIDADE

**MUDAR O MUNDO PODE SER
UM OBJETIVO AMBICIOSO.
MAS NÃO IMPOSSÍVEL.**

Pobreza, fome, saúde e bem-estar, educação, gênero, água potável, energia limpa, trabalho, inovação, redução de desigualdades, cidades, consumo, clima, vidas aquática e terrestre, paz e justiça, parceria global. O 6º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade buscou projetos alinhados com a prática dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), e antes mesmo de fechar suas inscrições teve um número inédito e surpreendente de participantes. Isso mostra que mudar o mundo pode ser um objetivo desafiador, mas possível para quem tem ideias inovadoras. Você tem alguma? Então inscreva-se até 20 de dezembro.

**INSCRIÇÕES ATÉ 20 DE DEZEMBRO.
ACESSE, INFORME-SE:
www.fecomercio.com.br/premio/sustentabilidade**



OPORTUNIDADE SUSTENTÁVEL

texto RODRIGO CAETANO



E

Em uma área de pouco mais de 2 mil hectares, no interior paulista, agrônomos estão realizando uma experiência que pode mudar os rumos da agricultura. A ideia é simular o ambiente de uma floresta, mas de forma controlada. Culturas frutíferas, como limão, banana e maracujá, são plantadas juntamente com eucaliptos, por exemplo. Na medida correta, esse modelo de lavoura proporciona um custo muito abaixo do cultivo tradicional, com economias de até 75%. Isso é possível por dois motivos: o uso de agrotóxicos é dispensável e não há deterioração do solo. Pragas, segundo os defensores da ideia, são um sinal de que alguma coisa está errada. E também um subproduto da monocultura. Quando nossos antepassados começaram a criar grandes plantios, depararam-se com esses problemas. A resposta foi usar venenos cada vez mais sofisticados para evitar a destruição da colheita. No entanto, a terra perdia suas qualidades, na mesma proporção em que o custo de produção aumentava. Para quebrar esse ciclo, pensou-se no conceito de “agrofloresta”, que agora está sendo testado em Itirapina, a cerca de 200 quilômetros de São Paulo.

Quem está à frente dos trabalhos é Pedro Paulo Diniz, ex-piloto de Fórmula 1 e filho de Abílio Diniz, o expoente de um dos maiores clãs do varejo nacional. Desde 2009, Diniz comanda a Fazenda da Toca, antigo destino de veraneio, que se transformou em um dos negócios com maior potencial da família. Os planos são ambiciosos. A meta é tornar a agricultura orgânica, livre de agrotóxicos, tanto a competitiva quanto a convencional. Para Diniz, isso é uma questão de tempo. “Aqui na região já tem gente plantando cana-de-açúcar orgânica a um custo mais baixo do que a que usa agrotóxico”, afirma o empresário. A expectativa de Diniz é, num futuro próximo, fazer da Toca uma força de mercado capaz de mudar a forma de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, contribuir para um mundo mais sustentável.

A necessidade de se reduzir as emissões de gases do efeito estufa, um compromisso assinado por praticamente todos os países por meio do Acordo de Paris, aliada a uma mudança profunda de pensamento em virtude da chegada de uma nova geração ao poder – no caso, os *millennials* –, está promovendo uma verdadeira corrida por projetos verdes. Segundo cálculos do Banco Mundial, para que as metas de descarbonização sejam cumpridas pelos países, serão necessários investimentos da ordem de US\$ 20 trilhões. Uma boa notícia é que os grandes investidores globais já estão destinando uma parte considerável dos seus ativos a essa nova economia verde. Para o Brasil, trata-se de uma grande oportunidade, uma vez que o País reúne as condições ideais para esse tipo de investimento.

VASTO CAMPO

Projetos disruptivos como o da Fazenda da Toca são uma realidade que o Brasil deverá vislumbrar com mais frequência em um futuro próximo. Com grande parte do seu território ainda coberto por florestas e um potencial de recursos naturais praticamente inigualável, o País é uma mina de ouro para projetos de sustentabilidade. As oportunidades não estão restritas ao agrone-

A DEMANDA DOS GRANDES INVESTIDORES POR PROJETOS VERDES E OS COMPROMISSOS FIRMADOS NO ACORDO DE PARIS OFERECEM GRANDES CHANCES AO BRASIL, QUE TEM 60% DE SEU TERRITÓRIO COBERTOS POR FLORESTAS. O GOVERNO, NO ENTANTO, PRECISA COLABORAR

gócio. Há um vasto campo a ser trabalhado nas áreas de energias renováveis, mobilidade e negócios de impacto social, de todos os tipos. O que impulsiona esse momento positivo para projetos conscientes é algo improvável em se tratando de sustentabilidade: dinheiro.

Está em curso, no mundo, duas grandes migrações de recursos financeiros. A primeira, mais imediata, é da chamada “economia suja” para a “economia limpa”. De acordo com cálculos de ONGs e entidades que monitoram o mercado financeiro, nos próximos cinco anos, aproximadamente US\$ 7 trilhões em investimentos deixarão de financiar indústrias como a do petróleo e do carvão, passando a fomentar mercados sustentáveis, a exemplo das energias eólica e solar e da agricultura de alta precisão. Essa conta leva em consideração atores do mercado financeiro que se comprometeram com a “limpeza” de seus portfólios, por meio de iniciativas como a Principles for Responsible Investment (PRI), capitaneada pela Organização das Nações Unidas (ONU), ou a Carbon Disclosure Program

(CDP), ONG financiada pelo governo britânico e pela Rockefeller Foundation. Essas entidades, que englobam fundos soberanos e de previdência, seguradoras, grandes gestores de recursos, entre outros, dedicarão 5% dos seus ativos a esse processo, em média.

A segunda grande migração de recursos está ligada às novas gerações. “O mundo passará, em algum momento nos próximos 30 anos, pela maior transferência de renda da sua história: da geração X para a geração Y”, afirma a CEO do banco de investimentos Granito & Capital, Daniela Barone Soares. “É preciso estar preparado”, diz. Os jovens da geração Y, também conhecidos como *millennials*, não são movidos apenas por dinheiro. Eles precisam acreditar em um propósito, um ideal de vida. Nesse sentido, é natural que, quando estiverem no comando, busquem investimentos comprometidos com a sustentabilidade. A instituição financeira comandada por Soares tem como foco “transformar a economia mundial em uma economia de impacto social”. Ela faz parte do Granito Group, *holding* global, também dedicada à causa, com escritórios em Londres, Zurique e Miami. No Brasil, o grupo aportou em 2017, atraindo como sócios Fabio Barbosa, ex-presidente dos bancos ABN Amro, Real e Santander no Brasil; Heinz-Peter Elstrodt, que comandou a consultoria McKinsey na América Latina; e Antonio Ermírio de Moraes Neto. A meta da empresa é captar US\$ 2 bilhões para projetos sustentáveis e de impacto social na América Latina.

Há praticamente um consenso entre os investidores de que o Brasil, por suas características, tem condições de atrair uma parte considerável desse dinheiro. “As empresas brasileiras estão sofrendo terrivelmente pela falta de recursos nos últimos anos. Essa é uma chance de reduzir o custo do capital”, afirma o CEO da Climate Bonds Initiative, Sean Kidney. Sua organização

é dedicada a promover e desenvolver os chamados “títulos verdes”, ou *green bonds*, no setor financeiro. Em junho, a Climate Bonds e diversos investidores institucionais, responsáveis pela gestão de R\$ 1,8 trilhão em ativos, assinaram a Declaração de Investidores sobre Títulos Verdes, documento que formaliza o apoio a essa modalidade de financiamento. Entre os signatários estão Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e BNDES.

Nos últimos dois anos, empresas como Suzano e BRF emitiram os primeiros títulos verdes brasileiros. Ao todo, esse mercado já atingiu US\$ 3,2 bilhões no País. Em 2017, a expectativa é chegar a US\$ 5 bilhões. “No entanto, é preciso que haja regulamentação e incentivo por parte do governo”, destaca Kidney.

FLORESTA EM PÉ

Se por um lado o Brasil tem potencial para atrair boa parte desse quinhão disponível para a sustentabilidade, por outro, há nitidos atrasos nas políticas públicas. A começar pela Amazônia. Apesar de ter desacelerado nos últimos 12 meses, o desmatamento amazônico cresceu por cinco anos consecutivos. O descaso e a convivência com a destruição da floresta levaram a Noruega a cortar pela metade o envio de recursos para o Fundo Amazônia, dedicado a projetos de combate ao desmatamento, para o qual o país nórdico já contribuiu com mais de US\$ 1 bilhão. O anúncio do corte, que retirou cerca de US\$ 200 milhões do fundo,

foi feito de forma humilhante, durante uma visita oficial do presidente Michel Temer à Noruega. “É preciso entender que floresta em pé dá dinheiro”, afirma a diretora-executiva da Forest Stewardship Council (FSC), principal certificadora global de produtos de origem florestal, Aline Tristão Bernardes. “Sem uma estratégia estabelecida para a Amazônia, o País vai perder dinheiro.”

Manter a Amazônia intacta é muito mais lucrativo do que derrubá-la. Segundo Bernardes, o desflorestamento não traz, ao contrário do que muitos apregoam, o desenvolvimento de atividades como a agropecuária ou a madeireira. “Ele serve apenas para financiar o próximo ciclo de desmatamento”, diz. Nesse sentido, os investidores estão sedentos por projetos que explorem os recursos naturais amazônicos sem causar impactos significativos, como o da suíça Precious Wood, que há 20 anos explora uma área de 500 mil hectares em Itacoatiara, no Amazonas.

Em breve, haverá uma maneira ainda mais fácil de ganhar dinheiro com a Amazônia. Uma das iniciativas previstas no Acordo de Paris é o estabelecimento de um mercado global de créditos de carbono. A ideia é precificar as emissões, permitindo a países que superarem suas metas que vendam esses créditos a quem está atrasado. Quando isso acontecer, haverá ainda mais incentivo a projetos sustentáveis. Ao mesmo tempo, o custo de oportunidade de se investir em indústrias com altos índices de emissão ficará cada vez mais elevado. A Amazônia, em pé, serve como um grande banco de carbono. É dinheiro no bolso sem fazer quase nada.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

A falta de políticas consistentes não se limita à área ambiental. No campo das energias renováveis, o governo brasileiro também tem andado para trás. No ano passado, o único leilão previsto para a compra de energia de fontes limpas aca-

bou cancelado de última hora. É verdade que não havia necessidade para a aquisição de mais capacidade. Entretanto, nos anos anteriores, os recursos governamentais serviram para incentivar a formação de uma cadeia de negócios forte, especialmente na área de geração eólica. É um “tiro no pé”, pois afasta do País empresas de grande porte que estão apostando fortemente no setor, como é o caso da americana GE, um dos maiores conglomerados industriais do planeta.

Hoje, ao menos 24 nações obtêm 5% ou mais de sua energia dos ventos, e em 13 países, a energia eólica já representa mais de 10% da matriz. Ao fim de 2016, a capacidade total de geração eólica mundial atingiu 487 gigawatts. Esse setor também é grande empregador. Em 2016, esse mercado atingiu um total de 8,3 milhões de trabalhadores, globalmente, de acordo com dados da Agência Internacional para as Energias Renováveis (Irena). No Brasil, já foram gerados 876 mil empregos diretos, o segundo maior contingente de trabalhadores do mundo, atrás somente da China.

Com governo ou sem, no entanto, a iniciativa privada deverá seguir com essa mudança para uma economia mais limpa. Não apenas por ser o correto, mas por ser mais lucrativo. “O risco de se investir em empresas sustentáveis é menor, e o potencial de ganho é maior”, afirma Daniela Soares, da Granito & Capital. Na família Diniz, esse é um conceito que vem sendo tratado de forma contínua no âmbito da Península, *holding* que concentra os negócios do clã, segundo Pedro Paulo Diniz, um dos conselheiros.

O ciclo está fechado. No Brasil, há recursos naturais e empresários comprometidos com uma economia mais sustentável. Lá fora, o dinheiro está disponível, apenas esperando. Quando a oportunidade bate à porta, é melhor atender.

&

ESSE TAL DE ROCK'N ROLL

texto JULIANO DIP



C

Com o veto nas transmissões de futebol aos domingos, um clima de tensão pairava nos bastidores da TV Record no segundo semestre de 1965. Além de cobrir um espaço de mais de duas horas na programação, a diretoria precisava de um produto que gerasse os mesmos lucros do esporte mais adorado pelo brasileiro. Entre as sugestões das agências de publicidade, surgiu a ideia de um programa de rock. Mas rock na Record? A emissora era palco da fina flor da MPB. Será que o público aceitaria? Sim, esse tal de rock'n roll foi a salvação dos domingos da Record.

A agência de propaganda Magaldi, Maia e Proserpi (MM&P) propôs à emissora um programa que falasse com os jovens. Na metade da década de 1960, a juventude estava mais de olhos nas versões brasileiras para músicas dos Beatles do que no violão de João Gilberto. No Rio de Janeiro, o iê-iê-iê já era sucesso no rádio. A versão de "Diana" na voz de Carlos Gonzaga tocava o tempo todo e "Estúpido cupido" de Celly Campello estava na boca do público, assim como "Broto legal", cantada por Sérgio Murilo. Mas na TV eles ainda não tinham muito espaço. Era o momento certo para inovar. A jovem dupla de compositores Roberto e Erasmo Carlos apresentaria a novidade ao lado de Wanderléa, jovem quase anônima no cenário musical, mas a opção perfeita, já que Celly Campello abandonara a carreira. Wanderléa levou para o programa um estilo diferente de se apresentar, com minissaia e coreografias.

Para garantir mais de duas horas no ar, o programa precisava de muitas atrações. Um elenco

fixo de bandas, cantores e cantoras se revezava com participantes esporádicos. Ainda assim, muita gente ficou de fora, como Rita Lee e seus colegas da recém-formada banda Os Mutantes. Como não poderiam se apresentar com todos os equipamentos que tinham, para não estragar o cenário, acabaram desistindo. Tim Maia tentou, tentou e o máximo que conseguiu foi ver uma música sua lá, mas ele não subiu ao palco. "Não vou ficar" virou hit na voz de Roberto Carlos. Raul Seixas era produtor musical e participou como compositor – é dele o sucesso "Doce, doce amor", gravado à época por Jerry Adriani.

GUITARRA x VIOLÃO

Conforme a audiência do programa crescia, aumentava a inveja da turma da bossa-nova e dos cantores de MPB engajados em letras de combate ao regime militar. O rock'n roll era visto entre os cariocas bossanovistas como uma boçalidade, com seus três acordes primitivos, seu ritmo pesado e quadrado e seus cantores gritando e rebolando, diz o compositor e crítico musical Nelson Motta, em *Noites tropicais*.

Os artistas da Jovem Guarda estavam nas capas das revistas, nas paradas de sucesso no rádio e roubando espaço da MPB. Enquanto eram criticados, os roqueiros não respondiam, muitos ali também eram fãs de bossa-nova e não entendiam a rivalidade. Até passeata contra o uso da guitarra elétrica aconteceu. Elis Regina estava lá. Mas, anos depois, mudou de ideia e gravou canções da Jovem Guarda como "Se você pensa" e "As curvas da estrada de Santos". Em pouco tempo, todo mundo se rendeu ao iê-iê-iê. Caetano Veloso dedicou um verso da música "Baby" ao respeito ao rock brasileiro e aconselhou: "Você precisa ouvir aquela canção do Roberto".

Sérgio Reis acredita que a cara feia que a turma da MPB fazia era uma forma de se defender

do fenômeno que ameaçava roubar seus fãs. “Eles sentiram que era uma coisa muito forte que iria incomodá-los, como incomodou o Brasil”, afirma. Para o crítico e escritor Augusto de Campos, a turma do iê-iê-iê tinha um jeito de cantar até mais alinhado à bossa-nova do que os cantores de MPB. Roberto e Erasmo cantavam descontraídos, com naturalidade e bem à vontade, deixando de lado o expressionismo interpretativo e adotando um estilo despojado. Apesar das músicas rítmicas, Roberto e Erasmo usavam a voz com padrão de interpretação bem próximo ao de João Gilberto, muito mais do que Elis Regina e muitos cantores de festivais.

ALTAS VENDAS E AMIZADE

Na esteira do sucesso musical, logo os artistas do programa viraram marca. Erasmo tinha a grife “Tremendão”, os produtos da Wanderléa levavam o nome “Ternurinha” e Roberto vendia com o selo “Calhambeque”. Não só os protagonistas lucravam. Wanderley Cardoso era o “Bom rapaz”, título de um de seus maiores sucessos. Ele participou desde a primeira edição do programa e lembra que qualquer revista que falasse de algum astro da Jovem Guarda vendia mais. Não demorou para criarem a rivalidade entre ele e Jerry Adriani. Os dois tinham estilos parecidos de cantar, com voz grave e repertório romântico. Tempo depois, Wanderley descobriu que as fofocas não eram apenas maldade das revistas. “Isso foi inventado pelos empresários, mas nós somos grandes amigos. Antes de morrer, Jerry gravou comigo uma música falando exatamente de nossa amizade”, lembra o cantor.

A amizade, por sinal, era a receita dos bastidores do programa e da carreira de quem por ali passava. Assim como uma turma de colégio, eles estavam sempre juntos. Na Record, nas rádios e nas gravadoras. Trocavam letras, ajudavam em gravações e shows e cresciam juntos. Sérgio Reis, por exemplo, fazia show de rock antes de se tornar cantor sertanejo. Na base da amizade, ele gravou seu maior sucesso da época, “Coração de papel”. Os Golden Boys fizeram os vocais masculinos, e o Trio Esperança, os femininos. Para tocar guitarra, bateria e baixo, convidou os Fevers, todos artistas do programa. Duas dessas bandas saíram da mesma família. O Trio Esperança era composto por Evinha, Regina e Mário, os mais novos irmãos Corrêa. Eles faziam sucesso com músicas quase infantis, como “A festa do Bolinha”, “Gasparzinho” e “O passo do elefantinho”. Já os

“Uma boçalidade, com seus três acordes primitivos, seu ritmo pesado e quadrado e seus cantores gritando e rebolando.”

NELSON MOTTA, sobre a visão dos bossanovistas em relação à Jovem Guarda

Golden Boys eram os irmãos Corrêa mais velhos, tinham carreira antiga (desde o fim da década de 1950) e faziam *backing vocal* em discos de muitos cantores. Com a Jovem Guarda, alcançaram o auge com sucessos como “Alguém na multidão”, de Rossini Pinto. Era comum um cantor ceder músicas inéditas para outro gravar. Rossini tinha sua carreira como cantor, mas como compositor já havia colocado sucessos na boca de muitos artistas do programa. Além dos Golden Boys, ele conquistou o líder da trupe, Roberto Carlos. O rei estourou nas paradas com alguns hits de Rossini como “O leão está solto nas ruas”, “Parei, olhei” e “Só vou gostar de quem gosta de mim”.

Roberto também presentava os amigos. A música “A volta”, ele e Erasmo fizeram para a dupla Os Vips. A gravação foi o maior sucesso dos irmãos Ronald e Márcio. Erasmo fez “Prova de fogo” para Wanderléa e ganhou “Tremendão” da dupla de compositores que também cantavam na Jovem Guarda, Dori Edson e Marcos Roberto. Renato Corrêa, um dos Golden Boys, também era requisitado para compor. Com Rossini Pinto, fez “Foi assim”, sucesso na voz de Wanderléa. Para Roberto Carlos, ele e Donaldson Gonçalves fizeram “É papo firme”.

Naquela turma, valia de tudo por um sucesso. Os versos de “É papo firme” mal despontavam



Kanai/Acervo UH/Folhapress

nas rádios e Eduardo Araújo e Carlos Imperial prepararam a resposta. Na música, Roberto canta sobre uma tal garota papo-firme, que “é mesmo avançada”, “só dirige em disparada” e “só anda de minissaia”, mas não revela a identidade da tal garota. Sob esse mistério, nasceu “Garota de Roberto”. A tentativa de pegar carona no sucesso alheio deu certo. Malandragens como essa eram uma das especialidades de Carlos Imperial. Na música, ele anuncia: “Sou a garota papo-firme que o Roberto falou, dirijo em disparada, mas eu sou um amor”. Mas quem seria essa garota? Imperial e Araújo levaram um violão até Wanderléa e apresentaram o que diziam ser sucesso garantido, mas a *Ternurinha* não quis gravar. Rosemary também não gostou do oportunismo que via na canção. Vanusa já era a garota de Antônio Marcos e ninguém iria acreditar se ela gravasse.

Eles não desistiram. Já que nenhuma estrela da Jovem Guarda topou, o jeito foi buscar uma anônima. Em um festival de escola encontraram Waldirene, que partiu direto de lá para o palco da TV Record. Amigo de Imperial, Roberto Carlos adorou a ideia de aparecer uma jovem cantora,

desconhecida, dizendo ser a tal “garota papo-firme”. Roberto não queria romance com Waldirene, queria negócios. Logo ela foi contratada para abrir os shows dele e fazer parte do elenco fixo do programa, que já caminhava para o fim. “Eu virei uma estrela em 30 dias, não sabia o que fazer com isso”, revela a artista, que hoje vive em Araraquara, no interior paulista.

Martinha também teve acesso por acaso ao programa. Roberto Carlos já era sucesso nacional quando esteve em Belo Horizonte para fazer um show. Um amigo lhe prometeu apresentar uma cantora diferente. Martinha sempre teve a voz quase rouca, o que chamava a atenção. “Ele me disse: ‘É disso que eu estou precisando, de uma voz feminina na Jovem Guarda, mas eu preciso de voz diferente, sua voz pode não ser a mais bonita do mundo, mas é a mais diferente que já ouvi na minha vida”, conta Martinha, sobre seu primeiro encontro com o rei. Mas ela chegou primeiro como compositora. Roberto gravou “Eu daria a minha vida”, explorando o lado galã que já aflorava em sua personalidade musical. Martinha precisava de um hit para

chamar de seu, e no ônibus, em uma das idas e vindas para São Paulo, escreveu “Barra limpa”. A música mostrava a visão de uma garota, fã, diante do ídolo cabeludo de olhar tristonho. Todo mundo entendeu que ela falava do Roberto, o público gostou e Martinha virou a nova sensação da Jovem Guarda.

LEGADO

No terceiro ano do programa, Roberto quis se desvincular, estava na hora de investir no repertório romântico. Apesar da força dos demais artistas, a Jovem Guarda não sobreviveu sem ele. Martinha, Jerry Adriani, Fevers, Golden Boys, Deni e Dino, Boby di Carlo, Rosemary, é impossível listar todos os que passaram pelo palco da Jovem Guarda. A maioria deles não conseguiu repetir o sucesso feito na década de 1960. E talvez seja por isso que nunca se desvincularam do programa e se apresentam até hoje em shows comemorativos, lembrando os antigos sucessos. Para se ter uma ideia da força comercial perante aquela geração, em 1995 (no fim da era do CD) uma coletânea que comemorava 30 anos de Jovem Guarda vendeu mais de 3 milhões de cópias.

Nem mesmo Roberto Carlos, o maior colecionador de sucessos da música brasileira, consegue se desvincular totalmente do programa. Todos os seus shows dedicam um espaço aos sucessos da época. A Jovem Guarda segue presente também em outras gerações de artistas de diversos estilos. Regravações não faltam. Músicas que comprovam que, 53 anos depois, a Jovem Guarda ainda “é uma brasa, mora?”.

&

A

URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO

De um lado, um país polarizado, desigual, aquém do potencial, mergulhado em uma profunda descrença nas instituições e cambaleante quanto aos rumos. De outro, um país diverso, plural e repleto de histórias, organizações e pessoas capazes de recriar o Brasil mediante um projeto de nação própria, autêntica e que nos faça deixar, de fato, os círculos viciosos de depressões econômicas, políticas e sociais que tantas feridas e cicatrizes nos causam.

É nesse contexto de ambiguidade que o Todos Pela Educação olha para as suas conquistas nos últimos dez anos e projeta grandes desafios para 2022, ano do bicentenário da nossa Independência e, esperamos, da celebração de um significativo avanço na qualidade de nossas escolas públicas.

Nascemos como um compromisso firmado por múltiplos atores da sociedade civil mirando constituir uma voz relevante na produção de conhecimento, moldagem e fiscalização das políticas de Estado que regem a educação brasileira. Nesse sentido, contribuimos significativamente para a inclusão de milhões de crianças no sistema educacional ao reduzir de seis para quatro anos a idade mínima para a matrícula obrigatória; incidimos também no incremento de sistemas de métricas como a Avaliação Nacional de Alfabetização. Participamos ativamente dos debates sobre a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Também lutamos por mais concretude de medidas, tais como o vigente Plano Nacional de Educação.

Adiante, no entanto, temos cinco metas que nos inspiram a não esmorecer: 1. toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2. toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; 3. todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; 4. todo jovem de 19 anos com ensino médio concluído; e 5. investimento em educação ampliado e bem gerido.

Trata-se de uma ambição repleta de percalços, sobretudo em um país com dimensão continental. Bons exemplos não faltam – como no Ceará, que em menos de uma década reduziu seu índice de analfabetismo entre as crianças de 32% para 0,7%; ou os 98 municípios brasileiros

que apresentam performance equivalente a países desenvolvidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No entanto, precisamos de escala para nacionalizar os ganhos de uma educação de qualidade.

Nunca houve momento tão pertinente para que a educação ocupasse uma posição central em nosso projeto de Brasil. Estamos à beira de um ciclo eleitoral que dirá muito sobre que tipo de nação desejamos ser.

Essa centralidade passa por fatores verticais, como valorização e formação de professores, mecanismos de financiamento mais redistributivos, investimentos em infraestrutura, melhor aproveitamento de tempo de aula, foco em governança e gestão nas secretarias e escolas, bem como trabalhos orientados ao cuidado com a primeira infância e na lapidação das matrizes curriculares. Tudo isso tendo em perspectiva o que há de mais básico e importante em todo o sistema: a relação entre docente e aluno. É nesse intercâmbio humano que se materializam todas as premissas das quais necessitamos para progredir, garantindo ingresso, aprendizagem, permanência e conclusão adequada dos ciclos.

Transversalmente, os benefícios são inegáveis para alcançarmos um outro patamar de competitividade econômica, melhores índices de saúde pública, mais segurança nas ruas e tolerância cada vez menor à corrupção. Ou seja: um Brasil melhor pode emergir se, na prática, educação for a base de nosso desenvolvimento. Sem essa mudança, seguiremos à deriva e sob o risco de macularmos ainda mais nosso caminho caso façamos escolhas equivocadas. A hora é esta.

&



PRISCILA CRUZ

é fundadora e presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação. Graduada em Administração (FGV) e Direito (USP) e mestre em Administração Pública (Harvard Kennedy School).

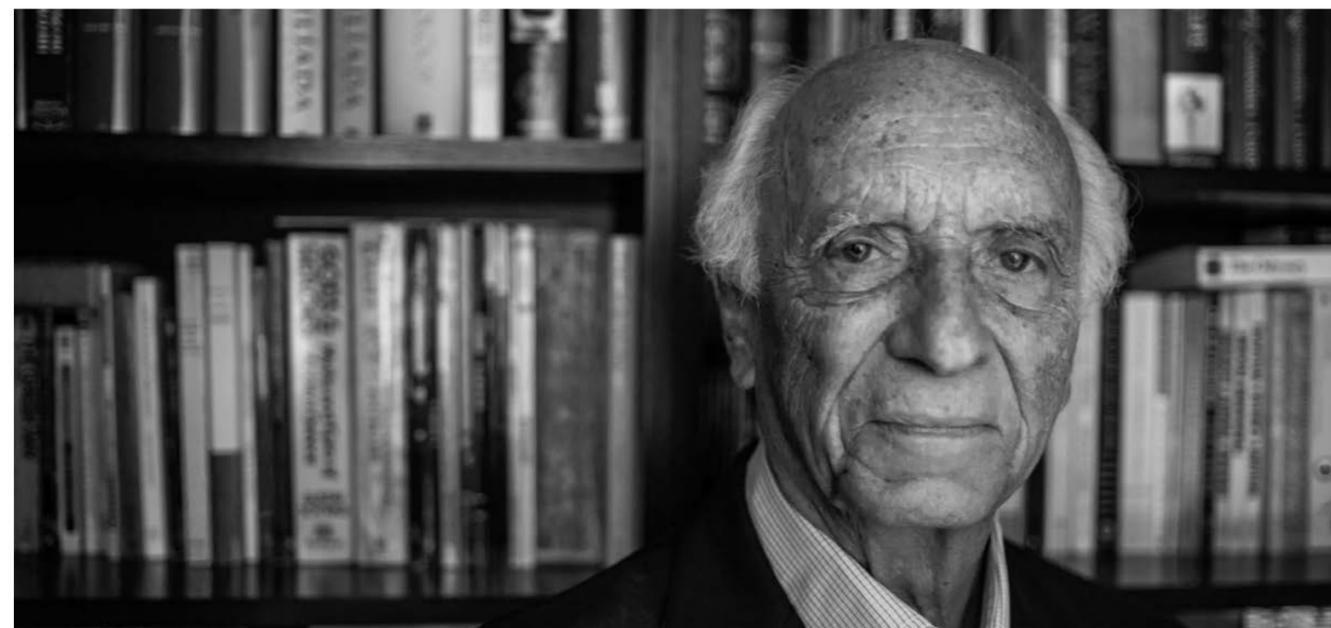
RODOLFO ARAÚJO

é diretor de comunicação e conteúdo do Todos Pela Educação. Jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e professor de pós-graduação em diversas instituições brasileiras.

B



texto FLÁVIO MANTOVANI | foto CHRISTIAN PARENTE



O que a diplomacia fez pelo Brasil

Uma política externa capaz de garantir conquistas nem sempre valorizadas pelo País. Essa é uma das constatações do embaixador Rubens Ricupero, que acaba de lançar *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016* (Versal Editores). O livro reconstitui os meandros da diplomacia brasileira e traz uma análise histórica entrelaçada a memórias de quem viveu os bastidores de decisões acerca do posicionamento brasileiro perante o mundo.

Ricupero joga luz, por exemplo, ao processo de expansão territorial do Brasil, que começou com uma estreita faixa de terra ao longo do Atlântico. “Praticamente todos os territórios que o Brasil adquiriu, além do Tratado de Tordesilhas, deveram-se a negociações pacíficas ou a arbitragens

internacionais. Em contraste, a expansão norte-americana foi com conquistas militares depois de guerras contra o México e a Espanha ou a compras de territórios mediante pressão”, compara.

A negociação brasileiro-turca em 2010 para tentar resolver o problema nuclear no Irã é vista por ele como a tentativa mais ousada de duas potências intermediárias a fim de encontrar uma solução pacífica a um imbróglie normalmente reservado às grandes potências militares. Fracassos também são analisados. Com o prestígio brasileiro abalado no governo Dilma, que nas palavras do embaixador “não tinha interesse nem vocação para a política externa”, o Brasil se meteu numa arapuca ao apoiar a suspensão do Paraguai do Mercosul e aprovar o ingresso da Venezuela.

“Sem diplomacia, quase todo o agronegócio brasileiro estaria fora de nossas fronteiras. Nem a população nem os desenvolvimentos político e econômico teriam sido o que foram. Política externa, política interna e economia são inseparáveis”, resume o diplomata.

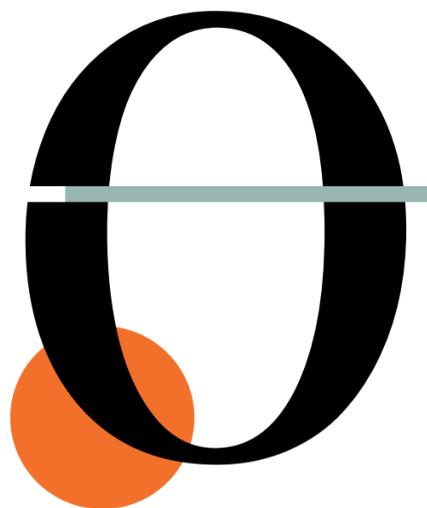
&



O BRASILEIRISMO DE JACOB DO BANDOLIM

O autor de clássicos como “Doce de coco”, “Noites cariocas” e “Assanhado” era autodidata no instrumento que virou seu sobrenome e se dividia entre o emprego como escrevente no Tribunal de Justiça e a paixão pelo choro, sobre o qual reuniu um acervo com 10 mil itens entre arquivos sonoros, partituras e manuscritos. De 1947, quando gravou “Treme-treme”, de sua autoria, até sua morte, em 1969, fez 52 discos.

texto HERBERT CARVALHO



“O indivíduo tem que me acertar aqui. Se me acertar na mosca eu não quero saber de que jeito foi, não quero ver meios para atingir fins. Ele tem que me botar em prantos, em estado de enfarte. Aí funciona.”

Gravada em fevereiro de 1967 pelo compositor, instrumentista e pesquisador da música popular brasileira Jacob do Bandolim, em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, essa fala explicava a emoção que sentia diante de um bom choro. Tornou-se premonitória. Quinze dias depois, sofreu seu primeiro enfarte no palco do Teatro Casa Grande, também no Rio, ao se emocionar além da conta na interpretação de “Lamentos”, choro de Pixinguinha.

Autor de clássicos do choro como “Doce de coco”, “Noites cariocas” e “Assanhado”, Jacob Pick Bittencourt nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1918. Filho de Raquel Pick e do farmacêutico capixaba Francisco Gomes Bittencourt, morou com a mãe durante a infância na Rua Joaquim Silva, próximo aos Arcos da Lapa, região de boêmios, malandros e artistas. A poucos quarteirões de sua casa, Pixinguinha já se apresentava como flautista na choperia La Concha antes mesmo do nascimento desse menino, que, aos 12 anos, encantou-se com o som do violino tocado na calçada por um cego, em troca de moedas.

Pediu e ganhou um violino cujas cordas se rompiam quando ele, sem jeito para manusear o arco, tentava tirar som delas usando grampos de cabelo. Foi quando uma vizinha arriscou: “O que ele quer é tocar bandolim”.

Judia nascida na cidade polonesa de Łódź, Raquel fazia parte do grupo de “jovens polacas” mencionadas por Aldir Blanc na letra de “Mestresala dos mares”, parceria com João Bosco. Eram “escravas brancas” seduzidas no Leste da Europa por traficantes com promessas de casamento que, ao se verem sem família num país desconhecido, tinham apenas a prostituição como alternativa.

Administradora de uma “casa de moças” sob o disfarce de “pensão”, ela soube preservar

o único filho de influências negativas, dando-lhe uma boa educação. Jacob estudou no Colégio Cruzeiro, da comunidade alemã, e na British American School, duas das melhores instituições de ensino da época.

Em 1932, quando o filho cursava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), Raquel Pick se tornou a primeira secretária da Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita. Esse foi o meio encontrado por ela e suas conterrâneas para contornar a perseguição e a discriminação que sofriam por parte da comunidade judaica tradicional.

Próximo ao sobrado em que morava com a mãe na Lapa, a secretária de Mr. Evans (diretor artístico da gravadora norte-americana RCA Victor), dona Valentina, realizava animados saraus. Foi num deles que Jacob ouviu o primeiro choro: “É do que há”, de autoria do compositor e clarinetista Luís Americano, executado pelo próprio. Impressionado, arrebentava os dedos para reproduzir o que ouvia em seu primeiro instrumento, um bandolim de cuia tipo napolitano.

Autodidata que jamais teve um professor, formou com amigos o Conjunto Sereno e se apresentou pela primeira vez aos 15 anos na Rádio Guanabara, tocando o choro “Aguenta Calunga”, do flautista paulista Atilio Grani. Após experimentar o violão em breve período na companhia de fadistas portugueses, voltou ao bandolim para iniciar sua carreira de solista. O ponto de partida foi a nota máxima de um júri composto por Francisco Alves, Benedito Lacerda e Orestes Barbosa no concurso radiofônico Programa dos Novos, que venceu ao superar 28 concorrentes.

Cercou-se de exímios instrumentistas, como o violonista César Faria, pai do compositor Paulinho da Viola, seu fiel escudeiro pelas décadas seguintes. O grupo Jacob e Sua Gente passou a se revezar nas rádios e gravadoras com o regional de Benedito Lacerda – “Gente do morro”, o mais renomado da época – no acompanhamento dos principais cantores e cantoras.

Em 1940, aos 22 anos, casou-se com Adylya Freitas, companheira de toda a vida, com quem teria os filhos Sérgio Bittencourt – que se tornaria compositor e jornalista – e Elena, cirurgiã-dentista e presidente do Instituto Jacob do Bandolim, após a morte do pai.

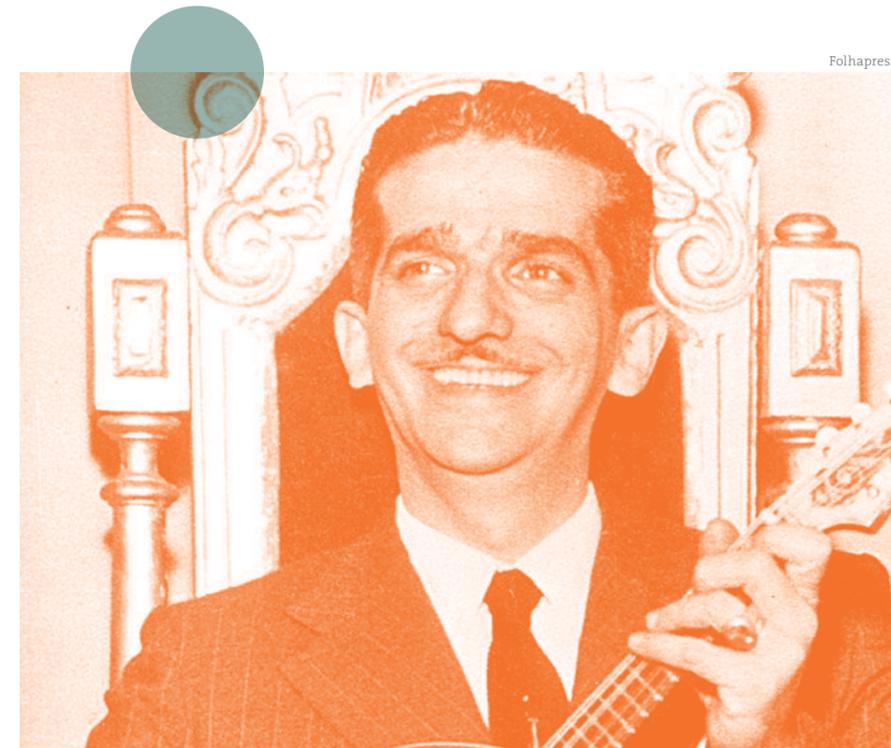
ÉPOCA DE OURO

Suas atividades musicais se tornaram, desde então, semiprofissionais, pois não bastavam para o sustento da família. Em 1943, prestou concurso e conseguiu ser nomeado escrevente da Justiça do Rio de Janeiro, função que exerceu até se aposentar. A despeito disso, dividiu o tempo entre o tribunal e a música: entre 1947, quando estreava em disco com o choro “Treme-treme”, de sua autoria, até sua morte, em 1969, gravou 52 discos. Manteve também durante anos na Rádio Nacional – templo máximo da música popular brasileira na era do rádio – o programa *Jacob do Bandolim e seus discos de ouro*.

Além das gravações e de pesquisas sobre o repertório do choro (que resultaram em fantástico acervo de 10 mil itens entre arquivos sonoros, partituras e manuscritos entregues ao MIS/RJ após sua morte), a grande contribuição de Jacob do Bandolim à música instrumental brasileira foram os famosos saraus e as rodas de choro que organizava em sua casa no bairro carioca de Jacarepaguá.

Nas enormes varandas protegidas por muros altos, recepcionou Canhoto da Paraíba e outros chorões nordestinos, além de músicos internacionais, como o pianista russo Sergei Dorensky e o violonista uruguaio Oscar Cáceres. Ali se reunia aos sábados o mítico conjunto *Época de Ouro*: Dino 7 Cordas, César Faria e Carlos Leite (violões), Jonas Silva (cavaquinho), Gilberto D’Avila (pandeiro) e o próprio Jacob no bandolim, substituído em 1973 por Deo Rian, que, ainda muito jovem, tinha acesso à casa e ao arquivo do mestre.

A organização do sarau era algo milimetricamente planejado, explica a cavaquinista Henrique Cazes. “Para se ter uma ideia, Jacob por vezes



Folhapress

cortava seu ídolo Pixinguinha da lista de convidados, para evitar chatos que vinham com ele.” Cazes acrescenta que o silêncio era total durante a música e invoca o testemunho do filho de Jacob, Sérgio, sobre a seriedade desses encontros: “O estado de contrição diante de um choro lá em casa é muito exigido”.

Da Europa Central chegou até nós o DNA não apenas de Jacob do Bandolim, mas do próprio choro, de acordo com o livro de Henrique Cazes, *Choro – do quintal ao municipal* (Editora 34): “Se eu tivesse que apontar uma data para o início da história do choro, não hesitaria em dar o mês de julho de 1845, quando a polca foi dançada pela primeira vez no Teatro São Pedro”.

Original da Boêmia, na atual República Tcheca, de compasso binário, melodia saltitante e comunicativa, a polca se espalhou como rastilho de pólvora na Corte Imperial do Rio de Janeiro, habituada aos minuetos e quadrilhas, que mantinham os pares separados. Se já era motivo de críticas moralistas o homem tocar a cintura da mulher para uma valsa, os pulinhos dos casais polquistas enlaçados constituíram a primeira liberação dos costumes nas camadas médias da sociedade brasileira.

Filho da polca europeia com ritmos brasileiros como o maxixe e o lundu, o choro foi, primei-

Na década de 1950, Jacob do Bandolim levou o choro para a TV ao lado de Pixinguinha e de um regional com 70 músicos

ro, uma maneira de tocar e abraçar ritmos estrangeiros, que reservava amplo espaço à improvisação e à virtuosidade instrumental, assim como às inflexões melancólicas que justificam o nome. “Acredito que a palavra ‘choro’ seja uma decorrência da maneira chorosa de frasar, que teria gerado o termo ‘chorão’, para designar o músico que ‘amolecia’ as polcas”, explica Cazes.

Na segunda metade do século 19, o Rio de Janeiro já era conhecido como a “Cidade dos Pianos”, o que explica a vertente pianística do choro, comandada por Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth. Mas seria longe dos salões aristocráticos e burgueses, onde o piano simbolizava a sintonia com a “civilização”, que o choro ganharia sua forma básica de quarteto formado por dois violões (mais tarde, um deles com sete cordas), flauta e cavaquinho, que sobrevive até hoje completado por um pandeiro – a percussão foi incorporada somente na década de 1920 por João da Baiana, macumbeiro amigo de Pixinguinha.

Os chorões, nome dado aos instrumentistas populares que tocavam choro, apresentavam-se em aniversários e casamentos, em festas religio-

sas e profanas, nos arranca-rabos de “cabeça de porco” e nas estalagens iluminadas à lamparina de querosene. Considerado o “Pai dos chorões”, o flautista carioca Joaquim Callado, afro-brasileiro filho de um mestre de banda, nascido em 1848 e morto em 1880 durante uma epidemia de meningite, criou uma escola com suas interpretações originais e deixou 70 composições, entre as quais “Lundu característico” e “Flor amorosa”, gravada por Jacob do Bandolim em 1945 e tocada regularmente até hoje.

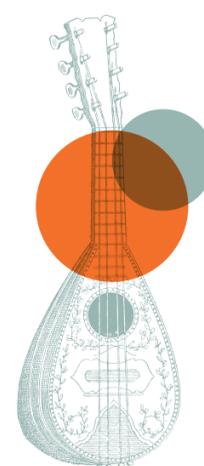
CLÁSSICO E POPULAR

Apenas na década de 1910 o choro se tornou um gênero musical consolidado graças a Alfredo da Rocha Viana Filho, o Pixinguinha, compositor e virtuose inigualável na flauta e no saxofone, responsável por lhe dar forma, ritmo e calor. Variante mais leve do gênero, no chorinho a linha melódica tende a predominar sobre o contraponto musical.

Nascido no subúrbio carioca da Piedade em 1897 numa família de 14 irmãos, seu apelido mistura *pizindin* (“menino bom”, de acordo com o dialeto africano de sua avó) com *Bexiguinha*, como foi chamado na infância por ter contraído varíola. Seu pai e vários de seus irmãos eram chorões, e o casarão onde cresceu, no bairro do Catumbi, era frequentado por vários músicos clássicos e populares, inclusive o jovem Heitor Villa-Lobos.

A proximidade da Praça Onze também marcou a formação de Pixinguinha, assíduo nos terreiros e casas das tias baianas, o berço do samba. Dos cabarés da Lapa, onde se apresentava ainda de calças curtas, teve a chance de substituir um flautista do Teatro Rio Branco: tinha início a carreira daquele que se tornaria o maior nome da música instrumental brasileira, inclusive como arranjador e regente. “Pixinguinha deve ser encarado como um ponto de partida a ser seguido pelos orquestradores brasileiros. Seus trabalhos nessa especialidade deixam transparecer valores típicos da nossa música popular, seja em harmonia, seja em contraponto, seja em ritmo e feição regional”, resume o maestro e compositor erudito Guerra Peixe.

Ao misturar o jeito com que os chorões tocavam ritmos como a polca e a valsa com elementos da tradição afro-brasileira e de sua experiência como músico profissional, Pixinguinha aglutinou ideias e deu ao choro suas obras primas iniciais, como “Lamentos” e “Carinhoso”, que mais tarde ganharam letras e se tornaram,



ao lado da valsa “Rosa”, pérolas destacadas do cancionário nacional. “Vou vivendo”, “Naquele tempo” e “1 x 0” são outras composições suas obrigatórias em uma roda de choro que se preze.

Contemporâneos de Pixinguinha contribuíram muito para o desenvolvimento do choro, como os violonistas Sátiro Bilhar e João Pernambuco, este último integrante dos Oito Batutas. Esse pioneiro conjunto do gênero foi formado em 1919 por Pixinguinha e Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o *Donga*, autor de “Pelo telefone”, primeiro samba gravado na história.

Na convivência com os chorões do violão, Villa-Lobos recolheu o material básico de sua obra para o instrumento, exposta na “Suíte popular brasileira”, escrita entre 1908 e 1912. Na década de 1920, nosso maior compositor clássico encantaria Paris com seus monumentais choros sinfônicos, que incorporavam à orquestra instrumentos como tamborim, cuíca e reco-reco. Já famoso, quando perguntado por sua formação, a resposta era invariável: “Eu me formei pelo conservatório de Cascadura. Meus mestres foram Sátiro Bilhar, João Pernambuco e Pixinguinha”.

Na década de 1950, Jacob do Bandolim levou o choro para a TV ao lado de Pixinguinha e de um regional que foi o maior de todos os tempos, com 70 músicos amadores no palco. Foi consagrado também pelo compositor que mais transitou entre as músicas clássica e popular, Radamés Gnattali, que a ele dedicou sua suíte para bandolim, orquestra e conjunto regional intitulada “Retratos”. Em quatro movimentos, a obra homenageia os compositores fundamentais na formação de nossa música instrumental: Pixinguinha, Ernesto Nazareth, Anacleto de Medeiros e Chiquinha Gonzaga. Para executá-la, Jacob teve que aprofundar seus estudos de teoria musical.

Eclipsado pelo extraordinário sucesso comercial de Waldir Azevedo (compositor e músico que explorou como ninguém as possibilidades

sonoras do cavaquinho em choros como “Brasileirinho”, “Delicado” e “Pedacinhos do céu”, Jacob gravou ao fim da vida o principal de seus dez LPs, *Vibrações*, considerado por unanimidade um dos melhores discos instrumentais de todos os tempos. Em texto na contracapa, ele se autodefiniu assim: “Estudante de bandolim desde 1933 (que perseverança!), perito-contador (o que é?), escrivão da Justiça Criminal (treina na máquina o que tocará à noite) e escapulido do primeiro enfarte quando interpretava ‘Lamentos’ de Pixinguinha, o que valeu a pena”.

Escapuliu do primeiro e do segundo, mas no dia 13 de agosto de 1969, quando voltava de uma visita a Pixinguinha, que estava doente, não resistiu ao terceiro enfarte e faleceu na varanda de sua casa, nos braços da esposa. O autor de “Carinhoso” partiria quatro anos depois, em 1973, mas ao contrário do que o próprio Jacob vaticinara, o choro não morreu com eles. Como assegura Henrique Cazes, essa forma de música popular, ao mesmo tempo sofisticada, comunicativa e resistente, continua se renovando e atraindo novas gerações em pleno século 21.

Quanto a Jacob do Bandolim, a mais pungente homenagem, que o Brasil todo cantaria, foi feita por Sérgio Bittencourt, nestes versos gravados por Elizeth Cardoso e Nelson Gonçalves: “Naquela mesa ele sentava sempre/E me dizia o que é viver melhor/Naquela mesa ele contava histórias/Que hoje na memória eu guardo e sei de cor/Naquela mesa ele juntava gente/E contava contente o que fez de manhã/E nos seus olhos era tanto brilho/Que mais que seu filho/Eu fiquei seu fã”.

&

Filho da polca europeia com ritmos brasileiros como o maxixe e o lundu, o choro foi, primeiro, uma maneira de tocar e abraçar ritmos estrangeiros, que reservava amplo espaço à improvisação, à virtuosidade instrumental e às inflexões melancólicas que justificam o nome

SONHO E INOPERÂNCIA

texto FILIPE LOPES



A

obra da Rodovia Transamazônica (BR-230), iniciada durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), tinha a ambição de ligar as regiões Norte e Nordeste do Brasil à fronteira com o Peru e o Equador, cruzando a Amazônia brasileira. Prevista para ter 8 mil quilômetros, teve seu primeiro trecho inaugurado em 1972 por Médici e o ministro dos Transportes Mário Andreazza.

Como nunca chegou a ser totalmente pavimentada, passou a ser considerada uma das megalomanias do regime militar. Inacabada, tem 4.223 quilômetros de extensão, ligando Cabedelo, na Paraíba, à Lábrea, no Amazonas. Em trechos no Pará e no Amazonas, ainda não é asfaltada, e entre outubro e março, período de fortes chuvas, quem passa por ela convive com constantes atolamentos e derramamento de cargas de grãos e outros produtos.

Resultado da inoperância estatal no setor de infraestrutura ao longo dos últimos 40 anos, viu sua ideia de se desbravar regiões amazônicas inabitadas ser atolada por seguidas obras intermináveis.

Resultando da inoperância estatal no setor de infraestrutura ao longo dos últimos 40 anos, viu sua ideia de se desbravar regiões amazônicas inabitadas ser atolada por seguidas obras intermináveis.

FALAR SOBRE PROBLEMAS PODE SER UMA BOA MANEIRA DE CONVERSAR COM O SEU PÚBLICO.

A **Problemas Brasileiros** é uma revista com projeto editorial moderno que aborda temas essenciais para o País e veicula entrevistas com acadêmicos, empreendedores e especialistas conceituados de diversas áreas. São 15,5 mil exemplares bimestrais que impactam empresários, comunicadores, educadores e estudantes. Leitores econômica, social e culturalmente qualificados, ou seja, um público muito interessante para você mostrar o seu produto.

PB
PROBLEMAS BRASILEIROS

ANUNCIE! FALE COM A LEMÍDIA

Tel.: (11) 3078.5840 // atendimento@lemidia.com



UM BRASIL



TEM GENTE QUE PENSA O PAÍS

UM BRASIL é uma plataforma multimídia com entrevistas, debates, documentários e publicações que abordam temas essenciais. Um acervo de diálogos sobre os nossos cenários econômico, político e social, com empresários, economistas, políticos, juristas, pesquisadores, acadêmicos, especialistas e jornalistas. Um espaço digital para você visitar e refletir. Um ambiente de ideias feito por gente do mundo todo que pensa no nosso país.

Vamos pensar juntos. Acesse:

WWW.UMBRASIL.COM

[f @CanalUMBRASIL](https://www.facebook.com/CanalUMBRASIL)

146 MIL
horas de vídeo

25 MIL
livros impressos

Entrevista da Série Federalismo na Educação, realizada em parceria com o Centro de Liderança Pública.

1,6 MILHÃO
de visualizações no YouTube

MAIS DE 180
entrevistas e debates